

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª. LEGISLATURA**  
**PAUTA DA 20ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DELIBERATIVA/2020**

**Data: 07 de Julho de 2020**

Horário início: 09h30

Local: Plenário Sidnei Sanches

**EXPEDIENTE:** (duração 01 hora e 30 minutos – Art. 109 em diante)

**Abertura: Pela grandeza da Pátria e do Município de Nova Andradina, declaro aberta a**  
**VIGÉSIMA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DELIBERATIVA/2020**

**Hino de Nova Andradina e Leitura bíblica**

**Pedir dispensa Da Leitura da Ata da Sessão anterior**

**Votação da Ata da Sessão anterior (Art. 110)**

**I – Leitura do Expediente recebido de diversos (Art. 111)**

**II –Leitura do Expediente recebido do Executivo e Secretarias (Art. 111).**

**III – Leitura do Expediente apresentado pelos Vereadores (Art. 111.)**

**IV – Leitura das proposições: (Art. 111 - §1º);**

**1 - PROJETO DECRETO LEGISLATIVO**

<b>04/2020</b>	<b>Vereador - Wilson Almeida da Silva– PSDB</b>	<b>Projeto decreto Legislativo nº 004, de 02 de julho de 2020, Concede Título de Cidadã Honorária do Município de Nova Andradina, Estado de Mato Grosso do Sul a Senhora SIRLEI RODRIGUES DE OLIVEIRA LIMA, e dá outras providências.</b>
----------------	---	---

**2 - PARECER**

<b>23/2020</b>	<b>Prefeito Municipal</b>	<b>Projeto de Lei Complementar Nº 4, de 4 de Maio de 2020, Revoga o inciso VI do artigo 6º da Lei Complementar 182, de 08 de Abril de 2015, e dá outras providencias.</b>
<b>31/2020</b>	<b>Mesa Diretora</b>	<b>Projeto de Lei Ordinária nº. 6, de 08 de Abril de 2020, Altera a Lei 1.269, de 17 de Julho de 2015, e dá outras providências.</b>

32/2020	Prefeito Municipal	<b>PROJETO DE LEI Nº 12, de 24 de Junho de 2020,</b> Autoriza o Município de Nova Andradina-MS a suspender o recolhimento da contribuição previdenciária patronal do Regime Próprio de Previdência estabelecido pela Lei 993, de 1º de Setembro de 2011, e dá outras providências.
31/2020	Prefeito Municipal	<b>Projeto de Lei Nº 8, de 28 de Maio de 2020,</b> Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2021, e dá outras providências.
33/2020	Prefeito Municipal	<b>Projeto de Lei Nº 4, de 22 de Janeiro de 2019,</b> Dispõe sobre alteração do perímetro da outorga onerosa do direito de construir e da outorga onerosa de alteração do uso do solo, e dá outras providências.

### 3 - INDICAÇÕES

198/2020	Vereadora Joana Darc Bono Garcia - PL	<b>INDICA À MESA DIRETORA</b> que seja encaminhado expediente, ao Prefeito Municipal, <b>SR. JOSÉ GILBERTO GARCIA</b> , ao Governador do Estado Mato grosso do Sul <b>SR. REINALDO AZAMBUJA</b> , com cópia para Secretaria de Estado de Educação <b>SRª MARIA CECILIA AMENDOLA DA MOTTA</b> , solicitando que seja feito a implantação do calçamento em toda volta da Escola Estadual Luiz Soares Andrade do Município de Nova Andradina MS.
199/2020	Vereadora Joana Darc Bono Garcia - PL	<b>INDICA À MESA DIRETORA</b> que seja encaminhado expediente ao Prefeito Municipal, <b>SR. JOSÉ GILBERTO GARCIA</b> , ao Secretário Municipal de Serviços Públicos, <b>SR. ROBERTO GINELL</b> , e a Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania, <b>SRª. JULIANA CAETANO ORTEGA</b> , solicitando para que seja realizado serviços de instalação de “ Parque infantil colorido” e “Aparelhos de academia de ar livre” no PETI, Distrito Nova Casa verde.
200/2020	Vereador Ricardo Lima – DEM	<b>INDICA A MESA DIRETORA</b> , ao Prefeito Municipal, <b>SR JOSE GILBERTO GARCIA</b> , e ao Secretário Municipal de Serviços Públicos <b>Sr. ROBERTO GINELL</b> , solicitando que seja instalada uma lixeira seletiva na Avenida Antônio Joaquim de Moura Andrade no canteiro central na esquina em frente à farmácia Andradão.

201/2020	Vereador Wilson Almeida da Silva– PSDB	<b>INDICA À MESA DIRETORA</b> que seja encaminhado expediente ao Prefeito Municipal, <b>SR. JOSÉ GILBERTO GARCIA</b> e ao Secretário Municipal de Finanças e Gestão <b>SR. EMERSON NANTES DE MATTOS</b> , Solicitando que seja executado estudos a fim de beneficiar os funcionários públicos efetivos com uma cesta básica mensal, no valor de 150,00(Cento e cinquenta reais). Para ser beneficiado o servidor deve ser assíduo , pontual, e receber até 2 (dois) salários mínimos mensais.
202/2020	Vereador João Luiz Saltor Dan - PDT	<b>INDICA À MESA DIRETORA</b> que seja encaminhado expediente ao Prefeito Municipal, <b>Sr. JOSÉ GILBERTO GARCIA</b> e ao, Secretário Municipal de Serviços Públicos, <b>Sr. ROBERTO GINELL</b> , e ao Secretário Municipal do Desenvolvimento Integrado <b>Sr. HERNANDES ORTIS</b> , solicitando com “ <b>Urgência</b> ”, a remoção das árvores, afim de evitar maiores prejuízos as estruturas domiciliares e a interrupção de energia, no Assentamento Santa Olga, KM 166, sede Santa Olga s/n.
203/2020	Vereadores Vailton Vlademir Sordi "Amarelinho" – MDB e Roberto Alves Pereira- MDB "Robertinho Pereira",	<b>INDICAM À MESA DIRETORA</b> que seja encaminhado expediente ao Prefeito Municipal, <b>Sr. JOSÉ GILBERTO GARCIA</b> , ao Secretário Municipal de Serviços Públicos <b>Sr. ROBERTO GINELL</b> e ao setor de Tributação da Prefeitura Municipal, solicitando estudos técnicos com a possibilidade de organizar a numeração dos lotes e residências da Rua João Nepomuceno de Lara.
204/2020	Vereador Edeildo Gonçalves dos Santos - PSDB "Deildo Piscineiro"	<b>INDICA À MESA</b> , que seja encaminhado expediente ao Prefeito Municipal, <b>Sr. JOSÉ GILBERTO GARCIA</b> , e ao Secretário Municipal de Serviços Públicos, <b>Sr. ROBERTO GINELL</b> , solicitando que seja instalado um “ECO PONTO” na Rua André Loyer esquina com a Avenida José Heitor de Almeida Camargo.
205/2020	Vereador Edeildo Gonçalves dos Santos - PSDB "Deildo Piscineiro"	<b>INDICA À MESA</b> , que seja encaminhado expediente ao <b>Sr. JOSÉ GILBERTO GARCIA</b> , ao Secretário Municipal de Infraestrutura, <b>Sr. JULIO CESAR CASTRO MARQUES</b> e ao Secretário Municipal de Serviços Públicos, <b>Sr. ROBERTO GINEL</b> , reiterando a indicação 233/2018, solicitando estudo técnico para instalação de Câmeras de Monitoramento, nos locais aonde há descartes de lixos indevidos no Município de Nova Andradina.

**V- Uso da Palavra no Expediente – Tema livre-(Art. 112)****INTERVALO - 10 minutos**

**TRIBUNA LIVRE (Arts. 37 e 123.)****SR. JOSÉ CARLOS PAIVA SOUZA – 10 minutos****4 - VOTAÇÃO DOS PROJETOS**

<b>04/2020</b>	<b>Prefeito Municipal</b>	<b>Projeto de Lei Complementar Nº 4, de 4 de Maio de 2020</b> , Revoga o inciso VI do artigo 6º da Lei Complementar 182, de 08 de Abril de 2015, e dá outras providencias.
<b>06/2020</b>	<b>Mesa Diretora</b>	<b>Projeto de Lei Ordinária nº. 6, de 08 de Abril de 2020</b> , Altera a Lei 1.269, de 17 de Julho de 2015, e dá outras providências.
<b>12/2020</b>	<b>Prefeito Municipal</b>	<b>PROJETO DE LEI Nº 12, de 24 de Junho de 2020</b> , Autoriza o Município de Nova Andradina-MS a suspender o recolhimento da contribuição previdenciária patronal do Regime Próprio de Previdência estabelecido pela Lei 993, de 1º de Setembro de 2011, e dá outras providências.
<b>08/2020</b>	<b>Prefeito Municipal</b>	<b>Projeto de Lei Nº 8, de 28 de Maio de 2020</b> , Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2021, e dá outras providências.
<b>04/2020</b>	<b>Prefeito Municipal</b>	<b>Projeto de Lei Nº 4, de 22 de Janeiro de 2019</b> , Dispõe sobre alteração do perímetro da outorga onerosa do direito de construir e da outorga onerosa de alteração do uso do solo, e dá outras providências.

**Uso da Palavra na Explicação Pessoal** - (Art. 121) – (30 minutos - sorteio) Manifestação sobre atitudes pessoais, assumidas durante a sessão ou no exercício do mandato.

**ENCERRAMENTO** – Próxima Sessão Ordinária, 14 de Julho de 2020, às 09h30 min.

<b>P R O T O C O L O</b>	Departamento de Apoio Legislativo Câmara Municipal de Nova Andradina-MS  <b>PROTOCOLO</b>  Data: __/__/__  Hora: __: __  Visto:	<b>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO</b>	<b>PDL N° 004/2020</b>  Projeto de Lei 8/2020, pág. 05 <b>Fl. 1/4</b>
--	--	---	--

**AUTOR: VEREADOR - WILSON ALMEIDA DA SILVA– PSDB**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 004/2020 DE 02 DE JULHO DE 2020.**

**“Concede Título de Cidadã Honorária do Município de Nova Andradina, Estado de Mato Grosso do Sul a Senhora SIRLEI RODRIGUES DE OLIVEIRA LIMA, e dá outras providências”.**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA,  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL;**

**Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto**

**Legislativo:**

**Art. 1º.** Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Município de Nova Andradina, a Senhora **SIRLEI RODRIGUES DE OLIVEIRA LIMA**, pelos relevantes serviços prestados ao Município de Nova Andradina/MS

**Art. 2º.** O referido diploma será outorgado oportunamente no dia, hora e local designados pela Mesa Diretora, com a solenidade de estilo.

**Art. 3º.** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º.** Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Andradina - MS, 02 de julho de 2020.

**WILSON ALMEIDA DA SILVA– PSDB**

Vereador

**PDL Nº. 004/2020Fl. 1/2**

**BIOGRAFIA**

**Sirlei Rodrigues de Oliveira Lima**, nasceu na cidade de Andradina, no dia 05 de Novembro de 1964, no Estado de São Paulo, região sudeste do Brasil. Filha de Pedro Rodrigues de Oliveira (em memória) e Sebastiana Almeida Oliveira (em memória), sendo a segunda filha do casal, que teve 4 filhos (Sidneia, Luíz e Valmir), todos natural da mesma cidade interiorana paulista.

A homenageada, iniciou a vida Escolar aos 7 anos de idade, na Escola Dr Álvaro Guião, onde cursou até o 4º ano Primário, e após foi para a Escola XI DE Julho, hoje Profª Zoraide Carvalho, cursando ali do antigo 5º ano até o 8º, hoje nomenclatura do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano). De 1980 à 82 cursou o Ensino Médio, na Fundação Stella Maris concluindo junto o Curso Técnico de Auxiliar de Fisioterapeuta.

Teve seu primeiro emprego aos 9 anos de idade, trabalhava como babá em uma casa de família e cuidava de uma menina, que se chamava Fatiminha, ficou na função por 1

ano, após começou a trabalhar na cantina da escola que estudava, Escola Prof<sup>a</sup> Zoraide Carvalho, tendo ficado por 4 anos nessa função.

Aos 14 anos entrou em um escritório do clube denominado Lagoinha, exercia a função de auxiliar de escritório, ficou por 2 anos. Aos 17 anos começou a trabalhar no Projeto Social PLIMEC (plano de integração do menor na comunidade), exercendo a função de estagiária, onde teve seu primeiro registro em carteira, ficou na função por dois anos.

Aos 19 anos, começou a trabalhar como auxiliar de fisioterapeuta, onde em um primeiro momento achava que seria sua vocação, mas futuramente mudou de idéia. Na clínica, atendia uma garotinha chamada Ana Paula, essa era portadora de uma anorexia neonatal, e tinha deficiência em ambas as pernas.

Do atendimento, foi criado um laço muito forte, visto que, além de cuidar dela na clínica passou a acompanhar seu desenvolvimento em sua casa, com várias sessões de fisioterapia. Trabalhou com a garotinha por 8 anos.

O vínculo foi tão forte que Ana Paula hoje aos 38 anos, tem Sirlei como sua segunda mãe. Em 1988 descobriu uma nova paixão, iniciou o curso de História na faculdade FIRB (Faculdade Integradas Rui Barbosa), estudava no período noturno, visto que, no período matutino e vespertino trabalha como técnica de fisioterapia.

No mesmo ano, conheceu seu atual esposo, Joaquim Ferreira Lima, que trabalhava na cidade de São Paulo, nascido na cidade de Castilho/SP, mas morador de Andradina/SP, este voltou para a cidade de Andradina/SP, e do retorno, alguns anos depois recebeu uma proposta para trabalhar na cidade de Nova Andradina, foi aí que começou os laços de Sirlei com nossa cidade.

### **PDL Nº. 004/2020Fl. 1/3**

No ano de 1990, aconteceu o nascimento de sua primeira filha, Ana Flávia, formada em Psicologia e atualmente trabalha em uma Companhia Mineira de Açúcar e Álcool, e reside em Carneirinho/MG. Em 1991, seu esposo começou a trabalhar na cidade de Nova Andradina na usina Agroindustrial Santa Helena, e como forma de carinho e para acostumar Sirlei com a futura mudança, levava água da cidade de Nova Andradina/MS para Andradina/SP, que tomavam a água sua filhinha de 1 ano e Sirlei.

No mesmo ano, colou grau, e mudou-se para Nova Andradina, no dia 27 de janeiro de 1992, morava na colônia da usina que seu esposo trabalhava, tendo ficado residindo lá por 2 anos.

Ainda em 1992, iniciou sua vida de Educadora na Escola Estadual Professora Fátima Gaioto Sampaio, como meio de locomoção da colônia para a cidade, utilizava o ônibus fornecido pela usina, caminhão toldo ou seu fusca amarelo.

No final do ano, em novembro de 1992, nasceu sua segunda filha, Aline, formada em Direito, atuante como Advogada nesta cidade, e trabalha no Escritório MBRG Advogados e Associados. Nos anos de 1993 e 1994 lecionou no assentamento Casa Verde, Gleba Angico, para chegar a escola, era necessário pegar um ônibus da colônia até a rodovia, aonde pegava um ônibus fornecido pela SEMEC, e ia para Casa Verde, no retorno tinha a mesma rotina, pegava o ônibus da SEMEC e ficava aguardando o ônibus da Usina na pista.

Em dezembro de 1994, mudou-se para a cidade, e foi convidada para lecionar no Colégio Objetivo ANAEC, iniciando sua atividade no mês de fevereiro de 1995, estando até a presente data atuante naquela Instituição, tendo ainda lecionado na mesma instituição na Faculdade de Pedagogia por dez anos, na disciplina de Metodologia de História e Geografia e também na disciplina de Fundamentos da Educação Nacional. Atualmente leciona no Ensino Fundamental do 6º ano 9º ano, e no Ensino Médio do 1º ao 3º ano.

Do ano de 1995 até o ano de 2003 lecionou no noturno na Escola Austrílio Capilé de Castro, onde foi professora de alguns dos vereadores desta Casa, Wilson Almeida, Ricardo Lima e Marião da Saúde.

No ano de 1998 prestou e passou no Concurso Público Municipal da Cidade de Nova Andradina, sendo efetivada no ano de 1999, assumindo o cargo de professora de História na Escola Municipal Professor João de Lima Paes, lecionando na Instituição até a presente data.

Atualmente leciona no período matutino no Ensino Fundamental nos 9ºs anos e no período noturno na EJA (Educação para Jovens e Adultos).

No Ano de 1999 prestou e passou no Concurso Público Estadual, sendo efetivada no ano de 2000, para trabalhar na cidade de Nova Andradina, atuando nas escolas Escola Estadual Fátima Gaiotto Sampaio e Austrílio Capilé de Castro.

#### **PDL N°. 004/2020Fl. 1/4**

Em fevereiro de 2003, pediu remoção de seu Concurso Público Estadual para a Escola Professora Nair Palácio de Souza, onde trabalhou por 17 anos e atualmente aproveita o primeiro ano de sua aposentadoria. Em 2020, continua trabalhando nas Escolas Professor João de Lima Paes, e Colégio Objetivo ANAEC, Sirlei ama muito sua profissão e seus anjinhos, sente-se feliz e realizada, pois possui vários ex-alunos que hoje atuam como excelentes profissionais, em diversas áreas tais como Medicina, Odontologia, Advocacia, Farmacêutica, Pedagogia, Psicologia, Medicina Veterinária, Engenheiras e Fisioterapia, entre outras.

Nesses 28 anos residindo em Nova Andradina, acompanhou o crescimento e a evolução da cidade, vendo asfalto chegar a rua de sua casa, as ruas das escolas que trabalhou e trabalha, o comércio ampliar, as praças da cidade se modernizarem, a construção da quadra onde estão reunidos os três poderes, sendo o Paço Municipal, o Fórum e a Câmara Municipal e também

o Centro de Convenções. Acredita que Nova Andradina é uma cidade que tem potencial de crescimento, em todos os campos, visto que, é uma cidade rica na agricultura e pecuária, além de possuir várias Universidades sendo elas Públicas e Privadas, que potencializam o estímulo a educação e o ingresso no mercado de trabalho.

Além de ser cercada de várias Usinas que geram emprego para os cidadãos da cidade.

É uma pessoa apaixonada pela vida, sua família, seus amigos e alunos, uma mulher temente a Deus que acredita que todos podem alcançar seus objetivos se trabalhar duro e tiver disciplina, uma frase marcante sua é Leia com os olhos do conhecimento. Ama chuva e café.

Homenagem de suas filhas, esposo, amigos e alunos, a uma mulher que serve de inspiração e exemplo de perseverança. Que Deus esteja conosco.

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 4, de 4 de Maio de 2020.**

**Revoga o inciso VI do artigo 6º da Lei Complementar 182, de 08 de Abril de 2015, e dá outras providencias.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica revogado o inciso VI do artigo 6º da Lei Complementar 182.

**Art. 2º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Andradina - MS, 4 de maio de 2020.

**José Gilberto Garcia**

*PREFEITO MUNICIPAL*

<b>P R O T O C O L O</b>	Departamento de Apoio Legislativo Câmara Municipal de Nova Andradina-MS		Projeto de Lei Nº 6/2020 pág. 011
	<b>PROTOCOLO</b>	<b>PROJETO DE LEI</b>	<b>Fl. 1/2</b>
	Data: __/__/__ Hora: __:__		
	Visto:		
<b>AUTOR: MESA DIRETORA</b>			

## PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº. 6, DE 08 DE ABRIL DE 2020

“Altera a Lei 1.269, de 17 de Julho de 2015, e dá outras providências”.

**PREFEITO MUNICIPAL de Nova Andradina, Estado de Mato Grosso do Sul no uso e gozo de suas atribuições legais;**

**FAÇO SABER *que a* Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:**

**Artigo 1º.** Acrescenta o § 3º na alínea b) do inciso II do artigo 6º.

**Art. 6º...**

...

**§ 3º.** Quando o espaço necessário para vias de circulação for superior a 20% (vinte por cento) da gleba, o excedente será reduzido das áreas institucionais e verdes.

**Artigo 2º.** Altera a alínea j) do inciso XII do § 5º do artigo 6º.

**Art. 6º...**

...

**j)** Iluminação de led na iluminação pública, sendo avenidas com luminárias de 150 watts e demais ruas com luminárias de 50 watts;

**Artigo 3º.** Altera o § 3º da alínea h) do artigo 10.

**Art. 10....**

.....

**§ 3º.** O requerente deverá apresentar cronograma físico-financeiro da execução das obras de infraestrutura, devendo obedecer ao prazo de 4 (quatro) anos, de acordo com Inciso V, do artigo, 18 da Lei Federal 6.766/79.

**Artigo 4º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**VAILTON VLADEMIR SORDI-MDB**  
**“AMARELINHO”**  
**Vereador Presidente da Câmara**

**AIRTON DE CASTRO PEREIRA-PDT**  
**1º Vice-Presidente**

**JOSÉ FERRAZ DE CHAGAS FILHO-PL**  
**“VALMIRÁ DO PAX”**  
**2º Vice Presidente**

**ROBERTO ALVES PEREIRA-MDB**  
**“ROBERTINHO PEREIRA”**  
**Vereador 1º Secretário**

**RICARDO LIMA-DEM**  
**Vereador 2º Secretário**

## PROJETO DE LEI Nº 12, de 24 de Junho de 2020.

**Autoriza o Município de Nova Andradina-MS a suspender o recolhimento da contribuição previdenciária patronal do Regime Próprio de Previdência estabelecido pela Lei 993, de 1º de Setembro de 2011, e dá outras providências.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica autorizada a suspensão do recolhimento das contribuições previdenciárias patronais do Município de Nova Andradina/MS, devidas ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina, assim entendidas as contribuições de alíquota normal, e o aporte para cobertura do déficit técnico atuarial, com vencimento entre 1º de março a 31 de dezembro de 2020.

**Art. 2º** As contribuições referentes a alíquota normal, suspensas na forma do artigo 1º, poderão ser quitadas através de parcelamento conforme critérios estabelecidos no artigo 5º, da Portaria MPS 402/2008, ou por normas específicas editadas pelo Ministério da Economia, que as substitua.

**§1º** Os valores referentes ao aporte para cobertura de déficit técnico atuarial deverá ser repassado dentro do exercício de 2021 com vistas a manter o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.

**§2º** O valor mencionado no parágrafo primeiro será atualizado conforme artigo 24 da Lei 993/2011, e parcelado no máximo até dezembro de 2021.

**Art. 3º.** Os recursos referentes à suspensão do pagamento de que trata esta lei, deverão ser aplicados exclusivamente em ações desenvolvidas no enfrentamento e combate à pandemia, devendo o Executivo dar ampla divulgação dessa utilização aos segurados do PREVINA.

**§1º** Ao final do período de Calamidade Pública, se os recursos retidos não tiverem sido utilizados, os valores serão repassados integralmente ao PREVINA devidamente atualizados de acordo com o artigo 24 da Lei 993/2011.

**§ 2º** Fica a critério do Executivo Municipal o repasse dos valores devidos, antes do prazo estabelecido pela Lei Complementar 173 de 27 de maio de 2020, em caso de não haver necessidade de utilização dos recursos em ações de enfrentamento e combate à pandemia.

**§ 3º** Em caso do repasse previsto no parágrafo segundo, o valor será atualizado desde a data devida até a data do efetivo crédito na conta do PREVINA.

**Art. 4º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a 1º de abril de 2020, revogadas as disposições em sentido contrário.

Nova Andradina-MS, 24 de junho de 2020.

***José Gilberto Garcia***  
*PREFEITO MUNICIPAL*

## JUSTIFICAVA

O projeto visa adequar alguns pormenores à realidade local, como por exemplo, o uso de luminárias de 50 watts que é suficiente para atender com qualidade os usuários.

Neste contexto busca delimitar os espaços de circulação em glebas estende o prazo de execução das obras de 3 anos para 4 anos, sem contudo, ferir a Lei Federal 6766/79.

**PROJETO DE LEI Nº 8, de 28 de Maio de 2020.**

**Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2021, e dá outras providências.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Esta Lei fixa as Diretrizes Orçamentárias do Município de Nova Andradina para o exercício de 2021, atendendo:

- I - as diretrizes, metas e prioridades para o orçamento do Município;
- II - as diretrizes gerais da Administração Pública Municipal;
- III - as diretrizes dos orçamentos fiscal e da seguridade social e das diretrizes gerais de sua elaboração;
- IV - os princípios e limites constitucionais;
- V - as diretrizes específicas do Poder Legislativo;
- VI - as receitas municipais e o equilíbrio com a despesa;
- VII - a alteração na legislação tributária;
- VIII - as disposições sobre despesas de pessoal e encargos;
- IX - as disposições sobre as despesas decorrentes de débitos de precatórios judiciais;
- X - das vedações quando exceder os limites de despesa com pessoal e dos critérios e forma de limitação de empenho;
- XI - as normas relativas ao controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento;
- XII - as condições especiais para transferências de recursos públicos a entidades públicas e privadas;
- XIII - as disposições gerais.

§1º Fazem parte desta Lei o Anexo I de Diretrizes e Metas para a elaboração do Orçamento de 2021, o Anexo II - Metas Fiscais e o Anexo III - Riscos Fiscais estabelecidos nos parágrafos 1º e 3º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal;

**§2º** O Município observará as determinações relativas a transparências de Gestão Fiscal, estabelecidas no artigo 48 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e dos art. 4º e 44 da Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade.

## **CAPÍTULO I** **Das Diretrizes Orçamentárias**

### **SEÇÃO I** **As Diretrizes, Metas e Prioridades para o Orçamento do Município.**

**Art. 2º** Em consonância com o art. 165, §2º, da Constituição Federal, as estimativas de receita e despesa, as diretrizes, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2021, são especificadas nos Anexos a este Projeto de Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para 2021, não se constituindo, porém, em limite à programação das despesas.

### **SEÇÃO II** **As Diretrizes Gerais da Administração Municipal**

**Art. 3º** A Receita e a Despesa serão orçadas a preço de junho de 2020.

**Art. 4º** Os recursos ordinários do tesouro municipal obedecerão a seguinte prioridade na sua alocação, observadas as suas vinculações constitucionais e legais:

I - pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida e precatórios judiciais;

III - custeio administrativo, incluindo a preservação do patrimônio público e contrapartida de convênios;

IV - investimentos.

**Art. 5º** Os critérios adotados para definição das diretrizes serão os seguintes:

I - priorizar a aplicação de recursos destinados à manutenção das atividades já existentes sobre as ações em expansão;

**II** - os projetos em fase de execução, desde que contidos na Lei de Orçamento, terão preferência sobre os novos projetos;

**Art. 6º** Fica o Poder Executivo autorizado a representar o Município nas alienações, subvenções, convênios, acordos e contratos e a proceder todos os atos para a perfeita representatividade do Município, na celebração de convênios, contratos e outros atos de competência do Executivo.

**Art. 7º** A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2021 será encaminhada pelo Poder Executivo à Câmara Municipal até o dia 15 de junho de 2020, conforme estabelece a Lei Orgânica do Município.

### **SEÇÃO III**

#### **As Diretrizes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e das Diretrizes Gerais de sua Elaboração**

**Art. 8º** Os orçamentos fiscal e da seguridade social estimarão as receitas e fixarão as despesas dos Poderes Executivo e Legislativo:

**I** - o orçamento fiscal refere-se aos Poderes do Município, seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

**II** - o Orçamento da Seguridade Social, abrange todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

**Art. 9º** O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social e obedecerá ao disposto nos arts. 194, 195, 196, 199, 200, 203, 204, e § 4º do art. 212 da Constituição Federal, e contará, dentre outros, com os recursos provenientes:

**I** - das contribuições sociais previstas na Constituição;

**II** - de transferências de recursos do Tesouro, Fundos e entidades da Administração Indireta, convênios ou transferências do Estado e da União para a seguridade social.

**Art. 10** Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos, fiscal e da seguridade social, a discriminação e a identificação da despesa, far-se-á por categoria econômica, grupo de natureza da despesa e modalidade de aplicação.

**§1º** As despesas de cada Unidade Orçamentária serão discriminadas e classificadas por:

I - Grupos de Natureza de Despesa; II - Função, Subfunção e Programa; III - Projeto/Atividade.

**§2º** Para o efeito desta Lei, entende-se por:

I - função, o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;

II - subfunção, representa uma partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;

III - programa, um instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurados por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

V - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

**§3º** Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos e atividades, especificando os respectivos valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

**§4º** Cada projeto ou atividade identificará a Função, a Subfunção e o Programa aos quais se vinculam.

**§5º** Para efeito de informação ao Poder Legislativo, a proposta orçamentária constará, os orçamentos fiscais e da seguridade social, referentes aos poderes do Município, seus fundos e órgãos da administração direta, indireta, autarquias e fundações criadas e mantidas pelo poder público municipal, discriminando a despesa em nível de categoria econômica, por grupos de despesa, a origem dos recursos, detalhada por categoria de programação, indicando-se para cada um, no seu menor nível, segundo exigências da Lei nº 4.320/64, obedecendo à seguinte discriminação:

I - o orçamento pertencente a cada Órgão e Unidade Orçamentária;

II - as fontes dos recursos Municipais, em conformidade com os conceitos e especificações das Fontes de Receita constantes nas regulamentações da Secretaria do Tesouro Nacional-STN, a serem discriminadas por fontes de acordo normas do TC/MS.

III - as categorias econômicas e grupos de natureza de despesas, em conformidade com os conceitos e as especificações constantes em portarias expedidas pela da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, obedecendo à seguinte classificação:

**CATEGORIA ECÔNOMICA - DESPESAS CORRENTES E DESPESA DE CAPITAL  
GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA:**

**DESPESAS CORRENTES**

a) 1- Pessoal e Encargos Sociais: atendimento de despesas com pessoal, obrigações patronais, inativos, pensionistas e salário família;

b) 2- Juros e Encargos da Dívida: cobertura de despesas com juros e encargos da dívida interna e externa;

c) 3- Outras Despesas Correntes: atendimento das demais despesas correntes não especificadas nos grupos relacionados nos itens anteriores.

**DESPESAS DE CAPITAL:**

a) 4- Investimentos: recursos destinados a obras e instalações, equipamentos e material permanente, diversos investimentos e sentenças judiciais;

b) 5- Inversões Financeiras: atendimento das demais despesas de capital não especificadas no grupo relacionado no item anterior;

c) 6- Amortização da Dívida: amortização da dívida interna e externa e diferenças de câmbio.

§6º Se houver alteração nas fontes de recursos ou categorias econômicas ou grupos de despesas pelos órgãos responsáveis pelas finanças públicas fica o poder executivo autorizado a adequá-las;

§7º São desvinculadas as disponibilidades financeiras pertencentes a fundos, autarquias e fundações, a serem apuradas e destinadas, a qualquer tempo, a Conta única gestora dos recursos próprios do Tesouro Municipal.

§8º As alterações nas fontes de recursos especificadas nos contratos e demais documentos que o substituem, bem como alteração das dotações orçamentárias nos contratados poderão ser realizadas por apostilamento.

**Art. 11** A Lei Orçamentária Anual incluirá dentre outros, os seguintes demonstrativos:

I - das receitas arrecadadas conforme prevê o parágrafo 1º do art. 2º, da Lei Federal nº 4.320/64;

II - das despesas conforme estabelece o § 2º do art. 2º da Lei Federal nº 4.320/64;

III - dos recursos destinados a manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a caracterizar o cumprimento das determinações constitucionais e da Lei nº 11.494/07;

IV - dos recursos destinados para a execução dos serviços de saúde em cumprimento ao índice estabelecido na Constituição Federal;

V - por projetos e atividades, os quais serão integrados por títulos, quantificando e qualificando os recursos;

VI - reserva de contingência para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

**Art. 12** Na elaboração da Proposta Orçamentária, o Poder Executivo deverá incentivar a participação popular através de audiências públicas, conforme estabelece no art. 48 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2.000 e como condição obrigatória para aprovação da Proposta Orçamentária pela Câmara Municipal deverá ser realizada audiência pública conforme estabelece os art. 4º e 44 da Lei Federal 10.257 de 10 de julho de 2001.

**Art. 13** Os orçamentos das Administrações Indiretas e dos Fundos constarão da Lei Orçamentária Anual, em valores globais, não lhes prejudicando a autonomia da gestão legal de seus recursos, cujos desdobramentos, alterações e suplementações serão aprovados pelo Poder Executivo durante o exercício de sua vigência, nos termos da Lei. 4320/64.

**Parágrafo único.** Aplicam-se às Administrações Indiretas, no que couber, os limites e disposições da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, cabendo a incorporação dos seus Orçamentos Anuais assim como as Prestações de Conta, às Demonstrações Consolidadas do Município, excetuando fundação pública de direito privado.

**Art. 14** Fica autorização para abertura de créditos adicionais suplementares, especiais ou extraordinários, até o valor de 40 (quarenta) por cento para a criação de programas, projetos e atividades ou elementos de despesa, que na execução orçamentária se fizerem necessários ou que apresentem insuficiência de dotação, de acordo com os artigos 40; 41; 42 e 43 e seus parágrafos e incisos, da Lei Federal 4.320/64, podendo para tanto suplementar ou anular dotações entre as

diversas fontes de receitas e diversas unidades orçamentárias, fundos ou fundações e demais entidades da administração indireta.

**§1º** Para abertura de créditos adicionais, de acordo com os artigos 41 e 43 e seus parágrafos e incisos da Lei Federal 4.320/64, a administração municipal poderá remanejar dotações entre as diversas unidades orçamentárias e diferentes fontes de receitas.

**§2º** Excluem-se do limite estabelecido na Lei Orçamentária, ficando autorizadas, para utilização dos Poderes Executivo e Legislativo, as suplementações de dotações para atendimento à ocorrência das seguintes situações:

**I** - insuficiência de dotação dentro de um mesmo grupo de natureza de despesa, da mesma categoria e do mesmo grupo de fontes de recursos, em conformidade com os grupos e fontes de receitas registradas no orçamento de 2021;

**II** - insuficiência de dotação no grupo de natureza de despesas 1- Pessoal e Encargos Sociais;

**III** - insuficiência de dotação nos grupos de natureza de despesas 2- Juros e Encargos da Dívida e 6- Amortização da Dívida;

**IV** - suplementações para atender despesas com o pagamento dos Precatórios Judiciais;

**V** - suplementações que se utilizem dos valores apurados conforme estabelece nos incisos I e II do parágrafo 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64;

**VI** - Insuficiência de dotação dentro do mesmo projeto ou atividade, no limite dos mesmos;

**VII** - suplementações para atender despesas com educação suplementadas na função 12;

**VIII** - suplementações para atender despesas com ações e serviços de saúde suplementadas na função 10.

**§3º** Na lei orçamentária para 2021 a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á, no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, podendo o detalhamento por elemento de despesa ser criado por ato do Poder Executivo no momento de sua execução.

**§4º** As variações de dotações orçamentárias entre elementos de despesas e diferentes fontes de recursos e as suplementações de dotações orçamentárias, e as alteração de fontes de recursos que não caracterizam alteração do contrato serão registradas por simples apostilamento aos contratos ou termos que o substituem.

**Art. 15** Na Lei Orçamentária Anual, nos termos do artigo 5º da Lei Complementar 101, constará uma reserva de contingência não superior a 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida, para atendimento complementar das situações de passivos contingentes e outros riscos eventuais, fiscais imprevistos.

**§1º** Aplica-se a reserva de contingência o mesmo procedimento e condições para o Poder Executivo e o Poder Legislativo no que couber;

**§2º** Os recursos da reserva de contingência, previsto no caput deste artigo, poderão, também, serem utilizados para a suplementação de créditos orçamentários que se revelarem insuficientes, no decorrer do exercício, conforme artigo 8º da Portaria interministerial STN-MF/SOF-MP nº 163 de 04 de maio de 2001 e alterações posteriores.

**Art. 16** Fica autorizada a realização de concursos públicos ou contratação de pessoal nos termos do art.37 da Constituição Federal para todos os Poderes, desde que:

I - atendam os dispositivos do artigo 169 da Constituição Federal e limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000;

II - sejam para suprir deficiências de mão de obra ou ampliação de serviços básicos do Município.

**Parágrafo único.** No Orçamento para o exercício de 2021 as dotações com pessoal serão incrementadas de acordo com a expectativa de correção monetária para o próximo exercício, para assegurar a reposição e reajuste salarial, de acordo com a disponibilidade financeira do município.

**Art.17** Nos termos das normas do TC/MS o ordenador de despesa de cada órgão ou unidade orçamentária designará os servidores responsáveis para cumprimento das obrigações junto ao TC/MS.

**§1º** Caso o servidor não venha a cumprir os prazos determinados pelas normas do TC/MS poderá ser responsabilizado pelo atraso na remessa de documentos, e será de seu encargo o pagamento de eventuais multas e penalidades, desde que seja comprovada sua responsabilidade no descumprimento de prazos.

**§2º** A remessa de documentos fora do prazo não ocasionada pelo servidor responsável, bem como outras irregularidades, ausência de documentos ou outras razões, deverá ser de responsabilidade do ordenador de despesa ou do servidor que deu caso ao descumprimento do prazo, sendo de responsabilidade quem deu causa ao atraso ou irregularidade o pagamento de multas.

#### **SEÇÃO IV**

### **Os Princípios e Limites Constitucionais**

**Art. 18** O Orçamento Anual com relação a Educação e Cultura, observará as seguintes diretrizes tanto na sua elaboração como na sua execução:

I - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, de que trata o artigo 212 da Constituição Federal, com aplicação mínima de 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências;

II - FUNDEB, a receita formada com base em contribuição por aluno e a despesa com aplicação mínima de 60% (sessenta por cento) na remuneração dos profissionais do magistério, em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental e Infantil público.

**Parágrafo único.** Os recursos do FUNDEB, assim como a sua operacionalização Orçamentária e Contábil deverão ser individualizados em termos de registro de receita, bem como aplicação de despesa, de forma a evidenciar as suas Gestões, assim como facilitar as Prestações de Contas a quem de direito.

**Art. 19** Às operações de crédito, aplicam-se as normas estabelecidas no inciso III do Art. 167 da Constituição Federal.

**Art. 20** Às operações de crédito por antecipação da Receita Orçamentária aplicam-se as disposições estabelecidas na Resolução do Senado Federal de nº 43, de 21 de dezembro de 2001.

**Art. 21** É vedada a utilização de recursos transferidos, em finalidade diversa da pactuada.

**Art. 22** A despesa total com pessoal do Poder Executivo não poderá exceder o percentual de 54% e a do Poder Legislativo em 6%, da Receita Corrente Líquida do Município, considerada nos termos dos artigos 18, 19 e 20 de Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000 e no caso de limitação de empenho obedecerá ao disposto no art. 38 desta Lei.

**Art. 23** As operacionalizações e demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada Órgão e Fundo ou entidade da administração direta, nos termos do inciso III do art. 50 da Lei Complementar nº 101 de 04.05.2000.

**Art. 24** Integra a Dívida Pública Consolidada as operações de crédito de prazo inferior a 12 (doze) meses, cujas receitas tenham constado do Orçamento, nos termos do parágrafo 3º do art. 29 da Lei 101 de 04.05.2000.

**Parágrafo único.** Equipara-se a Operação de Crédito e integrará a Dívida Pública Consolidada, nos termos do parágrafo 1º do art. 29 da Lei 101 de 04.05.2000, sem prejuízo do cumprimento das exigências dos artigos 15 e 16 da mesma Lei:

- I - a assunção de dívidas;
- II - o reconhecimento de dívidas;
- III - a confissão de dívidas.

**Art. 25** Os Precatórios Judiciais não pagos durante a execução do Orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada para fins de aplicação dos limites da dívida, conforme § 7º do artigo 30 da Lei Complementar 101 de 04.05.2000.

**Parágrafo único.** A Pessoa Jurídica em débito com o Sistema de Seguridade Social, e com o Município, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, conforme estabelece o § 3º do artigo 195, da Constituição Federal.

## **SEÇÃO V**

### **As Diretrizes Específicas do Poder Legislativo**

**Art. 26** Para elaboração da proposta orçamentária da Câmara Municipal fica estipulado o percentual de até sete por cento da Receita Tributária do Município e das Transferências Constitucionais da União e do Estado, obedecendo aos artigos 158 e 159 da Constituição Federal e do produto da Receita da Dívida Ativa Tributária e conforme normas e instruções do Tribunal de Contas do Estado de MS de 28 de março de 2001, nos termos do artigo 29 - A da Constituição Federal.

**§1º** Os repasses à Câmara Municipal se farão mensalmente, na proporção de um doze avos do total da receita arrecadada no exercício anterior ao dos repasses, conforme legislação específica descrita no “caput” deste artigo.

**§2º** A Câmara Municipal enviará até o décimo quinto dia de cada mês, a demonstração da execução orçamentária do mês anterior para fins de integração à contabilidade geral do município de forma a atender as exigências dos arts. 52, 53 e 54 da Lei 101/00.

**§3º** O valor do orçamento do Poder Legislativo municipal poderá ser suplementado ou reduzido nas hipóteses previstas no Artigo 43 da Lei nº 4.320/64, observando normas do Tribunal de Contas do Estado.

**Art. 27** As despesas com pessoal e encargos da Câmara Municipal, incluindo os subsídios dos vereadores limitar-se-ão ao estabelecido na alínea “a” do inciso III, do artigo 20, da Lei Complementar 101 de 04.05.2000 e aos limites impostos na Constituição Federal.

## **SEÇÃO VI**

### **As Receitas Municipais e o Equilíbrio com a Despesa**

**Art. 28** Constituem-se receitas do Município aquelas provenientes:

I - dos tributos de sua competência; II - de prestação de serviços;

III - das quotas-parte das transferências efetuadas pela União e pelo Estado, relativas às participações em impostos Federais e Estaduais, conforme artigo 158 e 159 da Constituição Federal;

IV - de convênios formulados com órgãos governamentais;

V - de empréstimos e financiamentos, com prazo superior a 12 (doze) meses, autorizados por Lei específica, vinculados a obras e serviços públicos;

VI - recursos provenientes da Lei Federal nº 11.494/07;

VII - das demais receitas auferidas pelo Tesouro Municipal;

VIII - das transferências destinadas à Saúde, à Assistência Social e à Habitação pelo Estado e pela União;

IX - das demais transferências voluntárias e doações.

**Art. 29** Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos das modificações na legislação tributária, da variação do índice inflacionário, do crescimento econômico ou de qualquer outro fato relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos 3 anos, da projeção para os dois seguintes àquela a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

**§1º** Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

**§2º** O montante previsto para receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das Despesas de Capital constantes do Projeto de Lei Orçamentária.

**§3º** O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo Municipal e dos demais poderes, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo.

**Art. 30** Fica autorizada a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita ou isenção, devendo estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atendendo a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa da receita orçamentária, na forma do art. 12 da Lei Complementar nº 101 e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias quando for o caso;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no “caput”, por meio de aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

**§1º** A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção de caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

**§2º** O disposto neste artigo não se aplica ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança administrativas, extra judiciais ou judiciais.

**Art. 31** As receitas próprias de Órgãos, Fundos, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, serão programadas para atenderem, preferencialmente as funções próprias de cada um, os gastos com pessoal e encargos sociais, os juros, os encargos e amortização da dívida, a contrapartida a financiamentos e outros necessários para a sua manutenção ou investimentos prioritários, bem como racionalização das despesas.

§1º As receitas dos Fundos serão registradas nos Fundos, separando-se por rubricas orçamentárias específicas, inclusive as relativas aos convênios que deverão ser individualizados, exceto as transferências financeiras da Prefeitura Municipal, que serão contabilizadas como receitas extra orçamentárias.

§2º Na execução da despesa a emissão do empenho e as ordens de pagamento só serão efetuadas pelos órgão de finanças municipais mediante autorização dos ordenadores de despesa de cada pasta ou fundo ou demais órgãos da administração indireta ou unidades orçamentárias, sem prejuízos de emissão de empenho e ordem de pagamento por outros fundos ou unidade orçamentária, que processam a sua contabilidade.

§3º Os empenhos das despesas das unidades orçamentárias da prefeitura municipal, dos fundos, fundações, autarquias e demais entidades da administração indireta poderão ser assinados pelo ordenador de despesa ou pelo Secretário Municipal responsável pela área de finanças municipais e pelo Contador, a quem compete a função de analisar o empenho quanto às dotações vigentes no orçamento municipal e quanto às normas financeiras e contábeis, cabendo ao ordenador de despesa a responsabilidade pela despesa efetuada, sem prejuízos de emissão de empenho por outros fundos ou unidade orçamentária, que processam a sua contabilidade.

§4º Os atos autorizativos de solicitação de empenho e de ordem de pagamento, bem como a determinação para assinatura de empenhos e ordens de pagamento deverão ser regulamentados por Decreto do poder executivo.

## **SEÇÃO VII**

### **A Alteração na Legislação Tributária**

**Art. 32** O Poder Executivo providenciará, a fim de assegurar a programação e arrecadação de recursos, revisões tributárias, vinculadas especialmente:

I - a revisão da legislação e manutenção do cadastro imobiliário, para efeito de regulamentação, lançamento e arrecadação do IPTU;

II – manutenção do cadastro dos contribuintes do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, e aprimoramento no sistema de sua fiscalização e cobrança;

III – melhoria na sistemática de cobrança do ITBI – imposto de transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; adequando-o à realidade e valores de mercado;

**IV** - ao acompanhamento e controle do valor adicionado, para efeito de crescimento do índice de participação no ICMS – imposto sobre a circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação;

**V** - a recuperação dos investimentos, através da cobrança da contribuição de melhoria prevista em lei;

**VI** - a cobrança, através de tarifas decorrentes de serviços públicos ou do exercício do poder de polícia, com seus custos atualizados de acordo com o dimensionamento das despesas aplicadas na prestação dos serviços e nas demais atividades vinculadas aos contribuintes imobiliários, prestadores de serviços, comércio e indústria em geral, localizados no município;

**VII** - a modernização da Administração Pública Municipal, através da capacitação dos recursos humanos, elaboração de programas de modernização e reestruturação administrativa, aperfeiçoamento das ações administrativas e financeiras, desenvolvimento gerencial, redução de despesas de custeio, racionalização de gastos e implementações da estrutura operacional para o atendimento adequado das aspirações da coletividade.

**Art. 33** O Município fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência.

## **SEÇÃO VIII**

### **As Disposições sobre Despesas com Pessoal e Encargos**

**Art. 34** Para atendimento das disposições contidas no Art. 169 da Constituição Federal, fica o Poder Executivo autorizado, no decorrer da execução orçamentária, a efetuar os ajustes necessários, para se adequar à Lei Complementar 101 de 4 de maio de 2000.

**Art. 35** Para exercício financeiro de 2021, serão consideradas como despesas de pessoal a definição contida no art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000.

**§1º** Se houver necessidade o Poder Executivo encaminhará projeto de lei visando adequação da estrutura administrativa, do quadro de vagas, do plano de cargos e do estatuto dos servidores.

**§2º** Observado os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal o Poder Executivo poderá encaminhar projeto de lei visando a concessão ou redução de vantagens e aumento da remuneração dos servidores, bem como extinção, revisão, adequação ou criação de cargos públicos.

**§3º** Caso a despesa de pessoal extrapole 95% (noventa e cinco por cento) dos limites referidos no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000, somente poderá ser concedida horas extras,

quando for ao atendimento de relevantes interesses públicos, devidamente justificados pela autoridade competente.

## SEÇÃO IX

### As Disposições Sobre as Despesas Decorrentes de Débitos de Precatórios Judiciais

**Art. 36** Para atendimento ao prescrito no art. 100, da Constituição Federal fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Orçamento, a previsão de dotação orçamentária ao pagamento de débitos oriundos de precatórios judiciais.

**Parágrafo Único.** A relação dos débitos, de que trata o “caput” deste artigo, somente incluirá precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e atendam a pelo menos uma das seguintes condições:

I – certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução;

II – certidão que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos;

III - precatórios apresentados, com características dos itens acima, até a data de 01 de julho de cada ano.

## SEÇÃO X

### Das vedações quando exceder os limites de despesa com pessoal e dos Critérios e Forma de Limitação de Empenho.

**Art. 37** A averiguação do cumprimento dos limites estabelecidos nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000, será realizada no final de cada quadrimestre.

**Parágrafo Único.** Se a despesa total com pessoal dos poderes executivo e legislativo exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados:

I – a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no Inciso X do artigo 37 da Constituição Federal;

II – criação de cargo, emprego ou função;

III – alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

**IV** – provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

**V** – contratação de hora extra.

**Art. 38** Se a despesa total com pessoal, do Poder ou Órgão, ultrapassar os limites definidos na Lei Complementar nº 101/2000, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22 da Lei Complementar nº 101/00, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos parágrafos 30 e 40 do art. 169 da Constituição Federal.

**§1º** No caso do inciso I do § 30 do art. 169 da Constituição Federal, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções, quanto pela redução dos valores a eles atribuídos.

**§2º** É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.

**Art. 39** Se verificado, ao final de um quadrimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, os Poderes Legislativo e Executivo promoverão, por ato próprio nos montantes necessários, nos 30 dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, utilizando os critérios de redução de despesas na ordem inversa ao estabelecido no art. 4º desta Lei, respeitando o pagamento da Dívida Fundada, precatórios e pessoal e encargos.

**§1º** No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados, dar-se-á de forma proporcional as reduções efetivadas;

**§2º** Não serão objetos de limitações as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

## **SEÇÃO XI**

### **As Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos do Orçamento**

**Art. 40** Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a escrituração contábil será efetuada de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo, bem como implantará controle de custos visando o equilíbrio financeiro.

## SEÇÃO XII

### As Condições Especiais para Transferências de Recursos Públicos a Entidades Públicas e Privadas

**Art. 41** A destinação de recursos para direta ou indiretamente cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficit de pessoas jurídicas deverá ser autorizada em Lei e destinarem-se a atender as diretrizes e metas constantes no art. 2º e no anexo I desta lei.

**Art. 42** Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios de mútua colaboração com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal e a promover a concessão de subvenções sociais, auxílios ou contribuição à organização da sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inclusive cooperativas, mediante Termo de Colaboração ou Termo de Fomento, e ainda, firmar Acordos de Colaboração sem transferência de recursos financeiros, obedecendo ao interesse e conveniência do Município.

§1º Os termos de colaboração e de fomento devem ser precedidos de chamamento público nos termos em que dispõe a Lei 13.019/2014, e que será considerado inexigível ou dispensado nos casos previstos na Lei 13 019/2014.

§2º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar termos de colaboração ou de fomento com as organizações sociais, sem fins lucrativos, relacionadas no anexo de metas e diretrizes, para transferência de recursos destinados à execução de atividades ou projetos de interesse e competência do município nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, meio ambiente e esporte, entre outras, através processo de inexigibilidade de chamamento público.

§3º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar termo de contribuição com entidades sem fins lucrativo, enquadradas ou não na Lei 13.019/2014, relacionadas no anexo metas e diretrizes, para repasse de contribuições, como despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens e serviços e que não seja reembolsável pelo recebedor, inclusive as destinadas a atender a despesas de manutenção de outras entidades de direito público ou privado, que desenvolvam atividades de interesse da população local, nas áreas de esporte, lazer, cultura e outras de interesse da população.

§4º Fica o Poder Executivo autorizado a prorrogar termos de colaboração e fomento e acordos de cooperação celebrados com entidades sem fins lucrativos, tendo como limite o prazo previsto na Lei nº13.019/14, no mesmo valor anual, conforme estabelecido na legislação.

**Parágrafo único.** Fica dispensado de restituição e fica vedado a utilização de documento de restituição de receitas de origens de convênios, termos de colaboração, de fomento ou contribuição para devolução ou ressarcimento de valor inferior a R\$ 10,00 (dez reais).

**Art. 43** A despesa com parcerias a organizações privadas sem fins lucrativos, a cooperação técnica e financeira ou contrapartidas em convênios e acordos far-se-á em programação específica classificada conforme dotação orçamentária.

**Art. 44** É vedado o pagamento, a qualquer título, a servidor da Administração Direta ou Indireta por serviços de consultoria ou assistência técnica ou qualquer serviço ligado a administração municipal.

## **CAPÍTULO II** **Das Disposições Gerais**

**Art. 45** As propostas de modificação no Projeto da Lei Orçamentária Anual serão apresentadas, no que couber, da mesma forma e nível de detalhamento dos demonstrativos e anexos apresentados.

**Art. 46** Para ajustar as despesas ao efetivo comportamento da receita, poderá constar na Lei Orçamentária Anual, autorização ao Poder Executivo para abertura de crédito adicional suplementar ou especial até 35% por cento sobre o total da despesa fixada no orçamento geral do Município, utilizando os recursos previstos nos incisos I, III e IV do § 1º do Artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320/64.

**Art. 47** Fica o Poder Executivo autorizado a atualizar automaticamente o Plano Plurianual vigente para o período de 2018 a 2021, de acordo com o orçamento para 2021 e as alterações orçamentárias autorizadas e implementadas no decorrer do exercício de 2021 produzirão seus efeitos, também, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual 2018-2021.

**Art. 48** Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for aprovado até 31 de dezembro de 2020, a sua programação será executada mensalmente até o limite de 1/12 (um doze avos) do total, observada a efetiva arrecadação no mês anterior, até a sua aprovação pela Câmara Municipal, vedado o início de qualquer projeto novo.

**Art. 49** A Fundação de Serviços Públicos de Saúde de Nova Andradina de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, não integra o orçamento do município, ficando o Poder Executivo autorizado a repassar recursos conforme Contrato de Gestão.

**Art. 50** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Andradina-MS, 28 de maio de 2020.

**José Gilberto Garcia**  
PREFEITO MUNICIPAL

DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2021 – ANEXO II e III DOS DEMONSTRATIVOS FISCAIS

MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA LEI  
DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS ANUAIS  
2021

ESPECIFICAÇÃO	2021				2022				2023			
	Valor	Valor	% PIB	% RCL	Valor	Valor	% PIB	% RCL	Valor	Valor	% PIB	% RCL
	Corrente	Constante	(a / PIB)	(a / RCL)	Corrente	Constante	(b / PIB)	(b / RCL)	Corrente	Constante	(c / PIB)	(c / RCL)
	(a)		x 100	x 100	(b)		x 100	x 100	(c)		x 100	x 100
Receita Total	200.771.300,80	198.740.372,93	159.902,72	114,95	202.911.522,87	198.803.318,99	150.723,42	114,95	205.064.414,12	198.854.478,35	141.828,59	109,09
Receitas Primárias (I)	195.393.733,78	193.417.203,38	155.619,80	111,88	197.422.738,59	193.425.662,19	146.646,33	111,85	199.517.393,85	193.475.437,68	137.992,11	106,14
Despesa Total	200.771.300,80	198.740.372,93	159.902,72	114,95	202.911.522,87	198.803.318,99	150.723,42	114,95	205.064.414,12	198.854.478,35	141.828,59	109,09
Despesas Primárias (II)	197.665.809,10	195.666.295,23	157.429,38	113,18	199.772.926,63	195.728.267,65	148.392,06	113,18	201.892.517,38	195.778.635,69	139.634,81	107,40
Resultado Primário (III) = ( I - II)	- 2.272.075,32	- 2.249.091,85	(1.809,58)	- 1,30	(2.350.188,03)	(2.302.605,46)	- 1.745,73	- 1,33	- 2.375.123,53	- 2.303.198,01	- 1.642,71	- 1,26
Resultado Nominal	- 30.717,47	- 30.406,75	(24,46)	- 0,02	(33.349,66)	(32.674,46)	- 24,77	- 0,02	- 33.547,08	- 32.531,18	- 23,20	- 0,02
Dívida Pública Consolidada	21.874.885,81	21.653.607,59	17.422,08	12,52	22.108.072,09	21.660.465,83	16.421,96	12,52	22.342.638,74	21.666.039,86	15.452,83	11,89
Dívida Consolidada Líquida	- 3.128.486,15	- 3.096.839,55	(2.491,66)	- 1,79	(3.161.835,81)	(3.097.820,39)	- 2.348,62	- 1,79	- 3.195.382,89	- 3.098.617,58	- 2.210,02	- 1,70
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)												
Despesas Primárias geradas por PPP (V)												
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)												

PROJEÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO/PIB DE MATO GROSSO DO SUL

VARIÁVEIS	Exercícios		
	2021	2022	2023
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	0,9916	1,0660	1,0610
IPCA	1,0219	1,0340	1,0350
Taxa Crescimento	0,0296	1,0310	1,0250
PIB/MS Valor Corrente	125.558,40	134.625,08	144.586,09
RCL	174.652.684	176.514.481	187.973.649

FONTE: SEMAGRO/MS

MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA LEI  
DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR  
2021

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2019 (a)	% PIB ANO 2019	% RCL	II-Metas Realizadas em 2019 (b)	% PIB ANO 2019	% RCL	Variação	
							Valor = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	190.340.000,00	173.888,77	114,04	180.644.852,64	165.031,58	108,23	- 9.695.147,36	- 5,09
Receita Primárias (I)	184.544.000,00	168.593,72	110,57	177.153.735,58	161.842,20	106,14	- 7.390.264,42	- 4,00
Despesa Total	190.340.000,00	173.888,77	114,04	178.500.584,39	163.072,64	106,95	- 11.839.415,61	- 6,22
Despesa Primárias (II)	186.883.000,00	170.730,56	111,97	175.476.250,63	160.309,70	105,14	- 11.406.749,37	- 6,10
Resultado Primário (III) = (I-II)	- 2.339.000,00	- 2.136,84	- 1,40	1.677.484,95	1.532,50	1,01	4.016.484,95	- 171,72
Resultado Nominal	- 290.055,81	- 264,99	- 0,17	378.873,45	346,13	0,23	668.929,26	- 230,62
Dívida Pública Consolidada	22.055.500,89	20.149,23	13,21	20.368.726,93	18.608,24	12,20	- 1.686.773,96	- 7,65
Dívida Consolidada Líquida	- 5.999.815,94	- 5.481,25	- 3,59	- 2.913.079,44	- 2.661,30	- 1,75	3.086.736,50	- 51,45

FONTE: Sistema , Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Nova Andradina -MS,

PROJEÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO/PIB DE MATO GROSSO DO SUL

Descrição	milhões	
	Exercícios	
	2019	
PIB/MS Valor Corrente	109.460,78	

FONTE: SEMAGRO/MS

MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA LEI  
DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES  
2021

AMF - Demonstrativo III (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2018	2019	2020		2021		2022			2023	
Receita Total	154.516.034,85	180.644.852,64	16,91	198.800.000,00	10,05	200.771.300,80	0,99	202.911.522,87	1,07	205.064.414,12	1,06
Receitas Primárias (I)	153.150.024,61	177.153.735,58	15,67	193.422.432,98	9,18	195.393.733,78	1,02	197.422.738,59	1,04	199.517.393,85	1,06
Despesa Total	144.732.973,41	178.500.584,39	23,33	198.800.000,00	11,37	200.771.300,80	0,99	202.911.522,87	1,07	205.064.414,12	1,06
Despesas Primárias (II)	142.963.382,92	175.476.250,63	22,74	195.725.000,00	11,54	197.665.809,10	0,99	199.772.926,63	1,07	201.892.517,38	1,06
Resultado Primário (III)=(I - II)	10.186.641,69	1.677.484,95 -	83,53 -	2.302.567,02 -	237,26 -	2.272.075,32 -	1,32 -	2.350.188,03	3,44 -	2.375.123,53	1,06
Resultado Nominal	13.730.889,56	378.873,45 -	97,24 -	184.689,24 -	148,75 -	30.717,47 -	83,37 -	33.349,66	8,57 -	33.547,08	0,59
Dívida Pública Consolidada	14.135.601,72	20.368.726,93	44,10	21.660.104,22	6,34	21.874.885,81	0,99	22.108.072,09	1,07	22.342.638,74	1,06
Dívida Consolidada Líquida	- 5.772.503,71 -	- 2.913.079,44 -	- 49,54 -	- 3.097.768,68	- 6,34 -	- 3.128.486,15	- 0,99 -	- 3.161.835,81	- 1,07 -	- 3.195.382,89	- 1,06

J	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%
Receita Total	167.897.123,47	189.821.611,15	13,06	198.800.000,00	4,73	198.740.372,93 -	0,03	198.803.318,99	0,03	198.854.478,35	0,03
Receitas Primárias(I)	166.412.816,74	186.153.145,35	11,86	193.422.432,98	3,91	193.417.203,38 -	0,00	193.425.662,19	0,00	193.475.437,68	0,03
Despesa Total	157.266.848,91	187.568.414,08	19,27	198.800.000,00	5,99	198.740.372,93 -	0,03	198.803.318,99	0,03	198.854.478,35	0,03
Despesas Primárias (II)	155.344.011,88	184.390.444,16	18,70	195.725.000,00	6,15	195.666.295,23 -	0,03	195.728.267,65	0,03	195.778.635,69	0,03
Resultado Primário (III)=(I - II)	11.068.804,86	1.762.701,19 -	- 84,08 -	- 2.302.567,02 -	- 230,63 -	- 2.249.091,85 -	- 2,32 -	- 2.302.605,46	- 2,38 -	- 2.303.198,01	- 0,03
Resultado Nominal	14.919.984,60	398.120,22 -	- 97,33 -	- 184.689,24 -	- 146,39 -	- 30.406,75 -	- 83,54 -	- 32.674,46	- 7,46 -	- 32.531,18 -	- 0,44
Dívida Pública Consolidada	15.359.744,83	21.403.458,26	39,35	21.660.104,22	1,20	21.653.607,59 -	- 0,03	21.660.465,83	0,03	21.666.039,86	0,03
Dívida Consolidada Líquida	- 6.272.402,53 -	- 3.061.063,88 -	- 51,20 -	- 3.097.768,68	- 1,20 -	- 3.096.839,55 -	- 0,03 -	- 3.097.820,39	- 0,03 -	- 3.098.617,58	- 0,03

FONTE: Sistema , Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Nova Andradina -MS

Metodologia de Cálculo

Taxa média de inflação no período

Especificação	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Inflação Média (% anual)						
Projetada	8,66%	5,08%	6,34%	0,99%	1,07%	1,06%

FONTE: SEMAGRO/MS

MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA LEI  
DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
2021

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio	131.465.341,89	-	72.572.949,94	100	91.037.865,28	100
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>131.465.341,89</b>	<b>-</b>	<b>72.572.949,94</b>	<b>100</b>	<b>91.037.865,28</b>	<b>100</b>
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO **</b>						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio	13.269.486,32	-	(23.744.147,04)	-	8.327.457,93	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>13.269.486,32</b>	<b>-</b>	<b>(23.744.147,04)</b>	<b>-</b>	<b>8.327.457,93</b>	<b>-</b>

FONTE: Sistema , Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Nova Andradina -MS,

MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA LEI DE  
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO  
DE METAS FISCAIS  
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS  
2021

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2019 (a)	2018 (b)	2017 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	51.050,73	-	-
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	51.050,73	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	51.050,73	-	-
DESPESAS EXECUTADAS	2019 (d)	2018 (e)	2017 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	51.050,73	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	51.050,73	-	-
Investimentos	51.050,73	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
	2019	2018	2017
SALDO FINANCEIRO	(g) = ( (Ia-IIId)+ III h)	(h) = ( (Ib - IIe)+ IIIi)	(i) = (Ic - IIIf)
VALOR III	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema , Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Nova Andradina -MS,

MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA LEI  
DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS  
2021

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

RS 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2017	2018	2019
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Civil			
Ativo	3.626.109,15	4.118.526,14	4.244.517,14
Inativo	31.396,40	42.493,47	46.183,14
Pensionista	1.175,20	1.199,63	1.240,72
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Civil			
Ativo	5.643.651,58	6.889.361,90	7.320.659,60
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Em Regime de Parcelamento de Débitos	397.978,30		128.995,66
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários	5.184.364,26	5.376.171,48	2.746.855,39
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos			762.123,85
Outras Receitas Correntes	1.509,78	9.406,16	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes			
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de			
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)</b>	<b>14.886.184,67</b>	<b>16.437.158,78</b>	<b>15.250.575,50</b>
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS</b>			
	2017	2018	2019
<b>ADMINISTRAÇÃO (IV)</b>			
Despesas Correntes	1.233.657,85	1.062.109,57	722.499,91
Despesas de Capital	1.233.657,85	1.041.091,47	722.499,91
<b>PREVIDÊNCIA (V)</b>			
Benefícios - Civil	4.666.317,15	5.911.201,09	7.186.417,37
Aposentadorias	3.232.882,80	4.295.270,41	5.156.207,88
Pensões	252.787,93	287.697,11	380.942,25
Outros Benefícios Previdenciários	1.180.646,42	1.309.465,97	1.575.869,63
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			73.397,61
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Despesas Previdenciárias		18.767,60	
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>5.899.975,00</b>	<b>6.973.310,66</b>	<b>7.908.917,28</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>8.986.209,67</b>	<b>9.463.848,12</b>	<b>7.341.658,22</b>
<b>RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>			
VALOR	2017	2018	2019
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>			
VALOR	2017	2018	2019
<b>APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS</b>			
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>			
	2017	2018	2019
Caixa e Equivalentes de Caixa		252.467,76	791,89
Investimentos e Aplicações	42.321.010,57	50.006.135,14	63.799.494,34
Outro Bens e Direitos	102.900,83	111.163,87	90.523,46

MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA LEI DE DIRETRIZES  
 ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS  
 ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA  
 2021

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/PROGRAMAS/ /BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2021	2022	2023	
GERAL	Isenção Desconto Remissão Outros	Comunidade Geral	800.000,00	852.800,00	904.820,80	Para compensar a renuncia sempre mantemos o nosso cadastro imobiliário e economico atualizado, evitando a evasão e receitas. Alteração na legislação tributária, excluindo alguns descontos condicionados e ocasionando o aumento na base de calculo.
			800.000,00	852.800,00	904.820,80	

MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA LEI DE  
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS  
FISCAIS  
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO  
2021

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto
Aumento Permanente da Receita	2.090.382,00
(-) Transferências constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	-
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	2.090.382,00
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	2.090.382,00
1. Impacto do aumento real do salário mínimo	973.637,35
2. Crescimento Vegetativo dos Gastos Sociais	21.551,83
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	995.189,18
Novas DOCC	-
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	1.095.192,82

FONTE: Sistema , Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Nova Andradina -MS,

MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
ANEXO DE RISCOS FISCAIS			
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS			
2021			
ARF (LRF, art 4º, § 3º)		R\$ 1,00	
<b>PASSIVOS CONTINGENTES</b>		<b>PROVIDÊNCIAS</b>	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais			
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas	50.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da Reserva de Contingência e Cancelamento de Dotação	50.000,00
	0,00		0,00
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	50.000,00	SUBTOTAL	50.000,00
<b>DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS</b>		<b>PROVIDÊNCIAS</b>	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	20.077,13	Limitação de Empenho	20.077,13
Restituição de Tributos a Maior			
Aumento de Salários que possam impactar na Despesa com Pessoal	973.637,35	Abertura de Créditos Adicionais a partir da Reserva de Contingência e Cancelamento de Dotação	973.637,35
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	993.714,48	SUBTOTAL	993.714,48
TOTAL	1.043.714,48	TOTAL	1.043.714,48
FONTE: Sistema, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Nova Andradina -MS,			

O Compromisso com o equilíbrio das contas públicas, preconizado pelo § 1.º do Art. 1.º da Lei de Responsabilidade Fiscal não se resume apenas a prever gastos e receitas, mas estende-se ao exercício de identificação dos principais riscos a que as contas públicas estão sujeitas no momento da elaboração orçamentária.

Um dos riscos que afetam o cumprimento de determinada meta são os chamados riscos orçamentários que são aqueles que dizem respeito à possibilidade de as receitas e despesas previstas não se confirmarem, isto é, de existir desvios de previsões entre as receitas ou despesas orçadas e as realizadas, por consequência da frustração da arrecadação de determinada receita, em decorrência de fatos novos e imprevisíveis à época da programação orçamentária.

Os riscos que decorrem de possível crescimento do salário mínimo que possa gerar impacto nas despesas com pessoal e ou fixação de créditos insuficientes para amortização e juros da dívida, será objeto de abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência.

Com relação a esses riscos, a LRF no seu artigo 9.º, prevê que ao final de um bimestre, se a realização da receita não comportar o cumprimento das metas, o Município promoverá, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira. Este mecanismo permite que desvios em relação às previsões sejam corrigidas ao longo do ano de forma a não afetar o equilíbrio orçamentário. Dessa forma, os riscos orçamentários são compensados por meio de realocação e redução da despesa.

A segunda categoria compreende os chamados riscos de dívida. Os chamados passivos contingentes são um risco de dívida, visto que são dívidas cuja existência depende de fatores imprevisíveis.

Os Riscos Fiscais de possíveis acontecimentos que possam impactar negativamente as contas públicas serão objetos de abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência e também a realocação e redução de despesas discricionárias.

---

Prefeito Municipal

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2021 – ANEXO I DIRETRIZES E METAS  
FINANÇAS E GESTÃO**

PROJETO	META 2021	DESCRIÇÃO
Administração Tributária	Todas as Regiões	Esta atividade tem por finalidade sediar as ações e as despesas com a gestão tributária, consistindo em fiscalização, coleta, registro e controle das receitas fiscais da Prefeitura Municipal, seja a proveniente de impostos, taxas e contribuições, e também as transferências.
Desenvolvimento e Modernização da Administração Tributária	Todos os Órgãos	Este projeto tem por finalidade o planejamento e implementação de ações destinadas ao desenvolvimento da administração tributária, com incorporação de novas tecnologias, capacitação de pessoal, inovações e outras medidas para aumentar a eficiência e eficácia da máquina de arrecadação fiscal.
Modernização do Novo Código Tributário	01	Constituir um novo Código Tributário Municipal, tornando um instrumento eficaz no auxílio da gerencia dos recursos públicos, primando sempre por regras claras e precisas, a serem aplicadas pela Administração Pública, assegurando assim a transparência de sua gestão.
Modernização do Cadastro Imobiliário	01	Modernizar os instrumentos que auxiliam na tributação, aqui entendidos como sendo os procedimentos técnicos e legais de uma ação da administração municipal na área de Cadastro Técnico e Planta de Valores Genéricos, entre outros, e que possibilitem melhorar a gestão territorial urbana e rural, tendo a visão de ampliar os recursos tributários municipais.
Administração da Dívida Ativa	Todas às Dividas Ativas	Esta atividade tem por finalidade sediar as ações e despesas destinadas à administração da Dívida Ativa, consistindo em apuração, caracterização, gestão jurídica e financeira, com a adoção de métodos de eficiência e eficácia para cobrança e administração para resultados.
Administração de Recursos Humanos	Todos os Servidores	Esta atividade tem por finalidade sediar a administração dos recursos humanos da Prefeitura Municipal de Nova Andradina, consistindo de manutenção dos dados funcionais dos servidores, gestão da folha de pagamento, administração de direitos e obrigações funcionais, saúde dos servidores e outras ações vinculadas à gestão dos recursos humanos.
Administração da Dívida Passiva	Toda a Dívida Passiva	Esta atividade tem por finalidade sediar as ações administrativas de gestão da Dívida Passiva, consistindo na administração de títulos passivos de endividamento, precatórios, PASEP e outras contribuições, dívida previdenciária e demais obrigações de longo prazo da PMNA.

Manutenção da Secretaria de Finanças e Gestão	Todos os Órgãos	Esta atividade tem por finalidade sediar as ações destinadas à manutenção e funcionamento da Secretaria Municipal de Finanças e Gestão, compreendendo as despesas de custeio e investimentos necessários ao cumprimento de seus objetivos.
Manutenção da Controladoria Municipal	01 unidade	Este projeto tem por finalidade a manutenção dos procedimentos legais, administrativos e operacionais necessários para dar continuidade à implantação e ativação da Controladoria Municipal, nos termos da legislação aplicável à matéria.
Ampliação da Qualificação das Parcerias Político-Institucionais com Entidades (convênios)	-	A Prefeitura Municipal, assim como o setor público em geral, presta uma série de serviços de interesse público através de parcerias conveniadas ou contratadas junto a entidades não-governamentais e mesmo privadas. O aperfeiçoamento dessa relação interinstitucional passa por um trabalho conjunto da Prefeitura com essas instituições, no sentido de capacitar os recursos humanos envolvidos nessas parcerias, e melhorar a gestão dessas entidades e de seus trabalhos, com vistas a oferecer à população serviços de melhor qualidade, com maior produtividade pelo controle e redução de custos, assim como passa pela capacitação das entidades na geração de recursos, reduzindo a dependência delas do Tesouro Municipal.
Manutenção da Assessoria de Comunicação Institucional	Todo o Órgão	Esta atividade tem por finalidade sediar as ações e despesas de manutenção e funcionamento da Assessoria de Comunicação Institucional
Implantação do Arquivo Central	1	Implantação do órgão central de sistema de arquivos , que tem por finalidade ser responsável pela normalização dos procedimentos técnicos aplicados aos arquivos setoriais da instituição e pela custódia dos documentos em fase permanente.O Arquivo Central também será responsável pelo planejamento e execução das políticas de arquivo e de gestão documental.
Manutenção em Tecnologia e Suporte TI	Todo o Órgão	Esta Atividade tem a finalidade de realizar todo o suporte necessário para atender a demanda do ente relacionado a tecnologia da Informação .
Implantação de Sistema de Informações compartilhadas	Todo o Órgão	Implantar sistema de digitalização dos processos que organizem e sistematizem a capacidade do Município de gerar, analisar, compartilhar e fornecer conhecimento de maneira rápida e precisa, incorporar recursos da tecnologia da informação aos trâmites processuais administrativos, objetivando maior eficiência na gestão pública municipal, observando os requisitos de segurança e autenticidade dos documentos administrativos em meios eletrônicos.

## GOVERNADORIA

PROJETO	META 2021	DESCRIÇÃO
Manutenção do Gabinete do Prefeito	01 órgão	Esta atividade tem por finalidade sediar as ações e despesas de manutenção e funcionamento do Gabinete do Prefeito Municipal.
Manutenção da Procuradoria Jurídica Municipal	01 órgão	Esta atividade tem por finalidade sediar as ações e despesas de manutenção e funcionamento da Procuradoria Jurídica Municipal.
Manutenção da Assessoria ao Prefeito Municipal	01 órgão	Esta atividade tem por finalidade sediar as ações e despesas de manutenção e funcionamento da Assessoria ao Prefeito Municipal.

## HABITAÇÃO

PROJETO	META 2021	DESCRIÇÃO
Manutenção e encargos do Fundo de Habitação	500 unidades habitacionais	Os Programas Habitacionais do município de Nova Andradina tem por princípio fundamental proporcionar à população de baixa renda, o acesso à moradias dignas, entendidas estas como abrigo situado em espaço ambientalmente saudável, acessível aos serviços públicos de transporte coletivo, coleta de lixo e infraestrutura básica, aos equipamentos urbanos e comunitários, proporcionando uma melhoria na qualidade de vida desta faixa da população.
Regularização Nova Casa Verde	1.000 unidades habitacionais	Viabilizar junto a Comissão de regularização do Distrito Nova Casa Verde.
Regularização Conjunto Habitacional Flavio Derzi	30 unidades habitacionais	Viabilizar a regularização do Bairro Flavio Derzi.
Moradia Precária	10 unidades	Viabilizar junto ao Governo do Estado parceria para realizar a construção/reforma de casas onde a condição de moradia é mínima.

## PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PROJETO	META 2021	DESCRIÇÃO
Capacitação de Servidores	Todos os Órgãos	Profissionalizar a gestão pública municipal por meio de formação e desenvolvimento de gestores públicos buscando a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população, com a criatividade necessária para encontrar meios para responder às demandas atuais e futuras;
Plano de Saúde para Servidores	01	O presente projeto objetiva planejar, organizar e implementar um plano de saúde para os servidores municipais, no sentido de sanar deficiências na assistência aos servidores municipais, assim como contribuir para a melhoria do desempenho funcional, redução do absenteísmo, e redução dos custos de atendimento por meio de ações de prevenção de doenças. Será desenvolvido com participação de todas as secretarias municipais, e da Previna, o Plano de Previdência dos Servidores Municipais. A viabilidade econômico financeira do plano deverá ser cuidadosamente planejada, de modo a não onerar os cofres públicos municipais. O projeto deverá contar com assessoria técnica especializada para os estudos de viabilidade técnica e econômico financeira.
Manutenção da Secretaria de Planejamento e Administração	01	Essa atividade tem por objetivo a manutenção do funcionamento da Secretaria de Planejamento e Administração , com a realização das despesas necessárias ao atendimento das necessidades operacionais da pasta.
Administração de Material	01	Esta atividade tem por finalidade sediar a administração de material da Prefeitura Municipal de Nova Andradina, mediante planejamento e execução de ações e despesas com cadastramento de fornecedores , licitações , destinação e controle de equipamentos, mobiliário e materiais.
Administração do Imobilizado	01	Esta atividade tem por finalidade sediar as ações e despesas correspondentes a gestão do patrimonio imobilizado , tais como equipamentos e bens duraveis , imoveis e outros , consistindo em identificação adequada, registro , valoração , destinação e gestão física.
Planejamento para levantamento dos ativos intangíveis	01	Esta atividade tem por finalidade planejar as ações administrativas de gestão do patrimonio intangível do Municipio , consistindo no levantamento e elaboração de estratégia de administração de carteira acionaria , potencial de concessoes , permissoes, parcerias e outros bens intangíveis.
Administração , Manutenção , Construção e Reforma do Cemiterio Municipal	01	Modernização administrativa do Cemiterio Municipal Santa Barbara ,elaboração do projeto de construção para do Ossuario Municipal, bem como a designação de um servidor para administração do referido Cemiterio.
Regularização , Administração e Manutenção Cemiterio Nova Casa	01	Regularização ,Administração e Manutenção Cemiterio Nova Casa Verde

Estudo para expansão de Cemiterio	01	Projeto para estudo de expansão de area publica ou privada para Construção de Cemiterio.
Manutenção encargos com Paço Municipal	01	Manutenção de todo o Paço Municipal com os insumos necessarios para sua manutenção , dos bens moveis e imoveis e conservação do entorno do Paço Municipal com os jardins e Praça Geraldo Matos Lima.
Implantação do Almoarifado Central	01	Implantação do órgão central de Almoarifado , local destinado a guarda, localização , segurança e preservação dos materiais adquiridos , adequado a sua natureza a fim de suprir as necessidadesoperacionais dos setores integrantes da estrutura organizacional da Prefeitura

### SERVIÇOS PÚBLICOS

PROJETO	META 2021	DESCRIÇÃO
Coordenação das atividades de limpeza urbana	8.500 TON.	Coleta de lixo urbana
Coordenação das atividades limpeza de área pública	1.900,000,00 m <sup>2</sup>	Roçada, capinação, varrição, coleta na limpeza de logradouros públicos (praças, canteiros centrais, rotatórios, escolas, aeródromo, terrenos e manutenção e recuperação de prédio público, alambrado, parque infantil e academias etc.
Coordenação das atividades limpeza de terrenos baldios	180.000,00 m <sup>2</sup>	Roçada de terrenos baldios no perímetro urbano.
Coordenação das atividades de manutenção e expansão da rede de iluminação pública	9.000 unid.	Manutenção da rede de iluminação pública
Coordenação das atividades de manutenção e expansão da rede elétrica	1.500 m	Expansão da rede de iluminação pública
Coordenação de atividades de aquisição de equipamentos e veículos	06 unid.	Aquisição de máquinas, equipamentos e veículos para o parque viário e manutenção

Coordenação das atividades de recuperação e manutenção de vias rurais	2.500 KM	Aquisição de matérias e serviços na manutenção de vias rurais, patrolamento, cascalhamento, reforma e construção de ponte, mata burro e galeria de águas pluviais.
Coordenação das atividades de recuperação e manutenção de vias urbanas	10 KM	Aquisição de matérias e serviços de construção e manutenção de vias urbanas de tapa buraco, com solo cimento, PMF e CBUQ. Canaletas, lombada elevada para pedestres e quebra mola
Transporte Urbano	01	Prestação de Serviço de Transporte Urbano para atender a população.

### TRÂNSITO

PROJETO	META 2021	DESCRIÇÃO
Coordenação das atividades de Projeto das ações de execução das atividades de transporte e trânsito.	50 KM	Implantar e executar sinalização horizontal, vertical e indicativa
Coordenação de Projeto das atividades de execução e reordenamento, manutenção e fiscalização de trânsito e transporte.	150 KM	Implantar e executar a reordenação e manutenção e adequação viária, e outros meios de fiscalização.
Coordenação de projeto para fins de adequação de atividades de trânsito e transporte	04 unid.	Implantar e executar o sistema de semáforos e outros meios para melhor adequar o sistema viário e mobilidade urbana
Coordenação das atividades de trânsito e transporte	10 unid.	Implantação de projetos e serviços de educação para o trânsito

## INFRAESTRUTURA

PROJETO	META 2021	DESCRIÇÃO
Pavimentação Asfáltica, Drenagem e Calçamento de Ruas e Avenidas	10.000,00 m <sup>2</sup>	Pavimentação e Drenagem em 03 bairros
Pavimentação Asfáltica e drenagem- convênios e parcerias	5.000,00 m <sup>2</sup>	Pavimentação e Drenagem- em 01 bairro
Pavimentação Asfáltica e drenagem-M Cidades	10.000,00 m <sup>2</sup>	Pavimentação e Drenagem- em 03 bairros e Distrito Nova Casa Verde
Pavimentação do Parque Industrial	5.000,00 m <sup>2</sup>	Pavimentação no Parque Industrial
Construção e melhoria de parques, praças, canteiros e vias públicas	03	Melhorias em 03 Praças no município
Pavimentação asfáltica e Drenagem do Distrito de Nova Casa Verde	5.000,00 m <sup>2</sup>	01 Pavimentação asfáltica e drenagem em Nova Casa Verde
Manutenção e enc./ recapeamento de vias	60.000,00 m <sup>2</sup>	02 processos de Manutenção e enc./ recapeamento de vias, divididos em bairros do município
Construção de pista de caminhada, ciclovias e ciclo faixas	02	Pista de caminhada, ciclovias e ciclo faixas em diversos bairros e centro
Construção e melhoria de sistema de galerias de águas pluviais	02	Melhoria de sistema de galerias de águas pluviais em 03 bairros
Recuperação de erosão	02	Recuperação de erosão, em duas localidades
Implantação e Manutenção e enc. c/ Aeroporto Municipal	01	Implantação e Manutenção e enc. c/ Aeroporto Municipal

Aquisição de terrenos para fins de uso público	01	Aquisição de terrenos para fins de uso público
Aquisição de veículos para gerenciamento de obras viárias	01	Aquisição de 01 veículo para gerenciamento de obras viárias, para atender a engenharia da Secretaria de Infraestrutura

#### CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, E MELHORIAS EM PRÉDIOS PÚBLICOS

PROJETO	META 2021	DESCRIÇÃO
Edificação de Prédios Públicos	03	Construção de 03 prédios públicos para atender a população
Reforma e ampliação de Prédios Públicos	03	Reforma e ampliação de 03 prédios públicos
Construção do Centro de Convenções	01	Conclusão do Centro de convenções possui 03 convênios sendo 02ª, 03ª e 04ª Etapa
Manutenções do prédio do Paço Municipal	01	Manutenções do prédio do Paço Municipal

**GESTÃO ADMINISTRATIVA**

PROJETO	META 2021	DESCRIÇÃO
Manutenção e enc. c/ Gabinete Secretário de Infraestrutura	01	Manutenção e enc. c/ Gabinete Secretário de Infraestrutura

#### ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO	Meta Mensal 2021	DESCRIÇÃO
Manutenção e encargos com gabinete da Secretaria De Assistência Social	140	Servidores
Aquisição de Veículo Oficial para Secretaria de Assistência Social	2	Veículo Oficial
Serviço de Acolhimento Institucional de Pessoas Idosas.	20	Pessoas Idosas

Manutenção e encargos com Centro de Convivência do Idoso	1200	Pessoas Idosas
Manutenção e encargos com a Banda Marcial Municipal Getúlio Vargas	240	Crianças, adolescente jovens em situação de vulnerabilidade social
Manutenção e encargos com a AABB Comunidade	120	A atividade aqui destacada busca a melhoria contínua das ações executadas por esta secretaria, em consonância com as diretrizes do Plano Diretor do Governo Municipal, bem como a execução dos serviços, projetos e programas sociais para os direitos da criança e do adolescente.
Serviço de habilitação e Reabilitação de Pessoas com Deficiência	375	Pessoa com Deficiência
Medidas Socioeducativas de Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida	60	Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (LA/PSC)
Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	20	Crianças e adolescentes em situação de trabalho
Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes	20	Crianças e Adolescentes Acolhidos.
Construção da Sede Própria do CREAS	1	Construção de prédio para instalação do programa Centro de Referência Especializado de Assistência Social.
Construções, reformas e ampliações de unidades da Assistência Social da Proteção Social Básica e Especial.	2	Construções e reformas de unidades de Assistência Social

<p>Manutenção com as Unidades CRAS que atuam com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e o convívio sócio familiar, sendo responsável pela oferta do</p>	<p>7000</p>	<p>Famílias.</p>
<p>Ações de incremento com a Covid-19</p>		<p>Ações voltadas para combate ao combate ao Covid 19 através da Proteção Social Básica e Especial :Apoio na adoção de medidas e logísticas que previnam aglomerações nos espaços públicos, atendimento e encaminhamentos para a rede socioassistencial das demais políticas e órgãos de defesa de direito, atendimento as famílias em situação de vulnerabilidade e risco social , atendimento a população de rua ,migração e refugiados atendimento de benefícios eventuais, violencia domestica, abuso e exploração sexual , trabalho infantil.</p>

### PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL ÀS FAMÍLIAS

<p>Benefícios Eventuais</p>	<p>750</p>	<p>Benefícios eventuais repassados para pessoas em situação de vulnerabilidade social.</p>
<p>Manutenção e encargos com CREAS – PSEMAC</p>	<p>160</p>	<p>Atendimento especializado a famílias e indivíduos com direitos violados.</p>
<p>Serviço de Acolhimento Institucional e atendimento às pessoas em trânsito, pessoas em situação de rua e desabrigados – PSE.</p>	<p>60</p>	<p>Pessoas em situação de rua e migrantes.</p>
<p>Manutenção e encargos com IGD-BF.</p>	<p>600</p>	<p>Os recursos do IGD são repassados diretamente do Fundo Nacional para os Fundos Municipais de Assistência Social: gestão de benefícios; gestão de condicionalidades, acompanhamento das famílias beneficiadas pelo Programa; cadastramento de novas famílias, atualização e revisão dos dados cadastrais; implantação de programas complementares ao PBF; demanda de fiscalização do PBF e do Cadastro Único; e estruturação das instâncias de controle social</p>

Manutenção e encargos com Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	400	Idosos, jovens e crianças.
Manutenção e encargos com o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	1	O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente destina-se a captar recursos para execução de políticas, ações e programas para crianças e adolescentes

### INVESTIMENTO SOCIAL

PROJETO	Meta Mensal 2021	DESCRIÇÃO
Manutenção e encargos com Celebração de Termo de Parcerias com Entidades Não Governamentais de Assistência Social Recurso FEAS	6	Ofertam serviços de proteção social especial nas modalidades, Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo para crianças e Adolescente em situação de vulnerabilidade e risco social de 0 a 18 anos, abrigo institucional de longa permanência para idosos, serviço de acolhimento dos migrantes que necessitam de assistência provisória e que se encontram momentaneamente no município

<p>Manutenção e encargos com Celebração de Termo de Parcerias com Entidades Não Governamentais de Assistência Social Recurso FMIS.</p>	<p>11</p>	<p>O Fundo Municipal de Investimento Social subvenciona entidades que ofertam serviços de proteção social básica e especial nas modalidades, Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo para crianças e Adolescente em situação de vulnerabilidade e risco social de 0 a 18 anos, abrigo institucional de longa permanência para idosos, serviço de acolhimento dos migrantes que necessitam de assistência provisória e que se encontram momentaneamente no município, serviços de apoio e atendimento a Pessoa com Deficiência Intelectual e/ou Múltipla e Transtorno Global do Desenvolvimento e serviços de convivência e fortalecimentos de vínculos.</p>
<p>Apoio ao programas governamentais e entidades não governamentais que ofertam serviços para característicos de assistência social , entre estes para usuários de substâncias psicoativas.</p>	<p>1</p>	<p>Programas governamentais e entidades não governamentais que ofertam serviços para usuários de substâncias psicoativas.</p>
<p>Manutenção e encargos com o Conselho Tutelar</p>	<p>1</p>	<p>Folha de pagamento, aquisição de equipamentos e de material de consumo e contratação de serviços de terceiros.</p>
<p>Manutenção dos órgãos colegiados da política de assistência social</p>	<p>8</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos do Idoso; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal da Juventude e Conselho Municipal de Segurança Alimentar, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, Conselho de Promoção da Igualdade Racial e Cidadania</p>

<p>Manutenção e encargos com Celebração de Termo de Parcerias com Entidades Não Governamentais de Assistência Social Recurso FNAS</p>	<p>2</p>	<p>Este projeto objetiva manter parceria com as entidades que prestam serviços, serviços de apoio e atendimento a Pessoa com Deficiência Intelectual e/ou Múltipla e Transtorno Global do Desenvolvimento e serviços de convivência e fortalecimentos de vínculos e Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo para crianças e Adolescente em situação de vulnerabilidade e risco social de 0 a 18 anos.</p>
<p>Manutenção e encargos com Celebração de Termo de Parcerias com Entidades Não Governamentais de Assistência Social Recurso Próprio</p>	<p>10</p>	<p>O Recurso Próprio subvenciona entidades que ofertam serviços de proteção social básica e especial nas modalidades, Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo para crianças e Adolescente em situação de vulnerabilidade e risco social de 0 a 18 anos, abrigo institucional de longa permanência para idosos, serviço de acolhimento dos migrantes que necessitam de assistência provisória e que se encontram momentaneamente no município, serviços de apoio e atendimento a Pessoa com Deficiência Intelectual e/ou Múltipla e Transtorno Global do Desenvolvimento e serviços de convivência e fortalecimentos de vínculos.</p>
<p>Construções e reformas de unidades da Assistência Social.</p>	<p>01</p>	<p>Construções e reformas de unidades de Assistência Social</p>
<p>Apoio aos serviços sócio assistenciais.</p>	<p>03</p>	<p>Manutenção de programas socioassistenciais.</p>

Fundo Municipal de Fundo de Habitação e Interesse Social	01	Manutenção e Encargos com Fundo de Habitação
Calendário de Eventos da Assistência Social e Cidadania 2021		
PROJETO	META 2021	DESCRIÇÃO
<p>Colônia de férias, gincana, jogos e intercambio, festa do sorvete. Campanhas mensais – com realização de mobilização, entrevistas em rádios jornais, panfletagem de rua ;outdoor e camiseta ;Comemoração da Páscoa com jantar no serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo para Idosos – Projeto Conviver aquisição de ovos de Páscoa ; Festa junina no SCFC para crianças , adolescentes e idosos – Projeto Conviver com quermesse e quadrilha ; Jantar dia dos Pais para os idosos do Centro de Convivência Aparecida Mourão ;confraternização dia dos pais (lanche) contratação de terceiros , locação de brinquedos , aquisição de brindes para crianças adolescentes e idosos . Jantar Natalino no serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para idosos-Projeto Conviver , com entrega de brindes .</p>	<p>Calendario de Eventos</p>	<p>Constituem datas comemorativas e eventos anuais da Secretaria de Assistência Social e Cidadania a ser realizado nos programas , Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo para crianças , adolescentes , jovens e idosos , CRAS, CREAS, Rede Socio assistencial , Centro de Convivência Aparecida Mourão.</p>

## POLITICAS PARA A MULHER

PROJETO	Meta Mensal 2021	DESCRIÇÃO
Manutenção dos serviços de enfrentamento á violência contra a Mulher – Politicas para a Mulher	500	A atividade aqui destacada busca a melhoria continua das ações executadas para manutenção das políticas destinadas as mulheres.
Realização do Seminário Regional 12 anos da Lei Maria da Penha – “Vamos falar sobre violência contra a mulher? Faixas	400	Mulheres e Comunidade em geral
Outubro Rosa Campanhas Inter setoriais de prevenção ao câncer de mama, Campanha, Confeção de Camisetas	2000	Mulheres e sociedade
8 de março Dia Internacional da Mulher realização da Campanha, confeção de camisetas, palestras.	3000	Mulheres e sociedade
28 de maio Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher Dia Nacional de Redução da Morte Materna Realização de Palestras articuladas com a Secretaria de Saúde	2000	Mulheres e sociedade
23 de setembro Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças Realização de campanhas e palestras	500	Sociedade
20 de novembro Dia Nacional da Consciência Negra Realização de palestras, campanhas e confeção de camisetas	300	Sociedade

Atividades culturais, Dança, Teatro, Musica com temas Relacionados a Mulher	400	Sociedade
Agosto Lilás Campanha 16 dias de ativismo Confecção de Camisetas, panfletos	2000	Sociedade
Campanha Maria da Penha vai à Escola	5000	Escolas e Sociedade
Projeto Feira Mulheres de Atitude	12000	Mulheres e Sociedade
Manutenção com despesas da Conferencia da Mulher Crachás, refeição, etiquetas e pastas	200	Governo e Sociedade Cível
Despesas com hospedagem em caso de necessidade de abrigar a mulher vítima de violência, pois o Município não possui abrigo para estes casos	200	Mulheres vítima de violência
Aquisição de Material de Expediente	Diversos	Material de Expediente
Confecção de Camisetas para Campanhas	3000	Mulheres em situação de violência e outras políticas publicas
Aquisição de Outdoor para divulgação de campanhas	40	Divulgação de Campanhas
Manutenção dos serviços da Casa do Artesão	1	Manutenção com Servidor e Oficinas
Projeto Mãos Empenhadas	10000	Mulheres da Comunidade

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO INTEGRADO		
Projeto	Meta 2021	DESCRIÇÃO
Manutenção do Fundo Municipal de Meio Ambiente	01	Compra de equipamentos e elaboração de projetos de recuperação ambiental
Manutenção da Municipalização do Licenciamento Ambiental	01	Manutenção do departamento para realização dos serviços internos para regularização adequada das empresas no município.
Licenciamento e Controle Ambiental	08	Contratação de empresas especializadas para realizar licenciamento ambiental de atividades realizadas pela prefeitura municipal a fim de atender a legislação vigente e evitar multas e notificações.
Manutenção do Viveiro Florestal Municipal	05	Manutenção do viveiro municipal como aquisição de insumos, mudas, equipamento de trabalho, veículos de tração mecânica entre outros e terceirização de serviços extras.
Implementar Políticas e Parcerias para a elaboração e implementação dos Planos locais	02	Revisão do Plano Municipal de Resíduos Sólidos e Plano de Saneamento Básico
Fomento e implantação de projetos ambientais e sustentáveis	10	Implantação Programa de Coleta Seletiva, Recuperação de Áreas Degradadas e Microbacias
Manutenção do Aterro Sanitário Municipal	03	Manutenção e Controle Ambiental do Aterro Sanitário Municipal
Recuperação de áreas de Decomposição de Resíduos	03	Elaboração e execução do PRADE do lixão e ações de recuperação no aterro sanitário e aterro de construção civil.

Implantação do Parque Industrial no Distrito Nova Casa Verde	01	Estudos para viabilizar a implantação do Industrial no Distrito Nova Casa Verde
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL		
Projeto	Meta 2021	DESCRIÇÃO
Formação e Aperfeiçoamento de Multiplicadores/Educadores Ambientais	90.000	Cartilhas, panfletos e folders para distribuição nas escolas e municípios
Coordenação e Desenv. Das Atividades de Planejamento e Execução	05	Manutenção e Conservação dos Parques e Áreas Verdes deste Município
Promover capacitação quanto a regularização e sustentabilidade ambiental	30	Realização de Cursos, minicursos e palestras para empresas, comércio e estudantes.
<p style="text-align: center;"><b>PRODINAM</b></p> <p>Este projeto tem por objetivo a aquisição de novas áreas para implantação de indústrias e outros empreendimento geradores de emprego e renda no Município de Nova Andradina</p>	290.400 m <sup>2</sup>	Aquisição de Áreas para Implantação de Indústrias Ampliação do Distrito Industrial.
<p style="text-align: center;"><b>PRODINAM</b></p> <p>Este projeto tem por finalidade a urbanização do Distrito Industrial, com a realização de obras de pavimentação asfáltica, drenagem, água e esgoto, iluminação pública e outras.</p>	100%	Urbanização do Distrito Industrial

<p>Fomento ao Comércio Local Esta atividade tem por finalidade promover feiras, exposições e eventos no Município, com vistas ao fomento comercial, industrial e de serviços em geral, para apoiar a geração de emprego e renda.</p>	05	Feiras, exposições e eventos no Município.
<p>Desenvolvimento Econômico Esta atividade tem por finalidade promover e divulgar aos produtores rurais as linhas de microcrédito disponíveis para aplicação nas áreas afins.</p>	2.000	Material de divulgação.
<p>Desenvolvimento Econômico Implantação do Micro Crédito na Sala do Empreendedor para atendimento a Micro e Pequenas Empresas, produtores rurais e público em geral.</p>	1.500 pessoas	Acesso ao microcrédito para empresas, potencial empresário e produtor rural.
<p>Implementar programas e ações destinadas ao desenvolvimento do comércio, indústria e turismo.</p>	10	Projeto Setorial, ações planejadas.
<p>Incentivos Fiscais e Doação de Área para instalações de empresas no Distrito Industrial.</p>	50 Empresas	Polo de desenvolvimento – Distrito Industrial
<p>Desenvolvimento Econômico Promover parcerias com o Sistema “S” (SENAI, SEBRAE, SENAC, SENAR, SESI, SESC, etc...) Empresários, potencial empresário, público em geral, aperfeiçoamento e preparação de mão-de-obra qualificada, buscando o desenvolvimento do município.</p>	1.000 Pessoas	Qualificação profissional Cursos, Palestras etc.

Incentivar empresários a se instalarem na Incubadora do Distrito Industrial	500	Material, Marketing, Divulgações etc.
Participação em Feiras, Congressos e Seminários buscando a divulgação dos atrativos do município, bem como trazer casos de sucesso para implantar no Município.	03	Eventos, Congressos, Seminários etc.
Promover parcerias com as instituições de ensino superior, sindicatos, associações, órgãos públicos e privados.	15	Termo de cooperação técnica, parcerias.
Desenvolvimento Econômico Esta atividade tem por finalidade propiciar a manutenção das operações da Sala do Empreendedor, beneficiando os micro e pequenas empresas.	1.000 pessoas	Manutenção da Sala do Empreendedor
Desenvolvimento Econômico Esta atividade tem por finalidade proporcionar aos profissionais locais do comércio cursos e outras ações de	600 pessoas	Capacitação Profissional, Gerencial e Educação Empreendedora.
Ações para promover e dar suporte na divulgação do produto turístico local, em parceria com o Fórum Vale das Águas e Fundtur.	500	Material, Propaganda, divulgação, marketing.
Desenvolvimento Econômico Este projeto tem por finalidade a realização de um diagnóstico da informalidade no Município, e promover ações de estímulo à formalização de empresas.	1	Mapa da Informalidade – Estímulo à Formalização das Empresas
SETOR AGROPECUÁRIO E FINOVA		

PROJETO	META 2021	DESCRIÇÃO
Parcerias e Convenios FINOVA	04	Manutenção e ampliação de parcerias com as instituições de Ensino Federais , Estaduais ,Municipais e particulares para o Desenvolvimento Tecnológico e o apoio as inovações.
Aquisição de equipamentos para a associação de catadores de recicláveis	03	Aquisição de maquinas e equipamentos que façam o pre-beneficiamento de residuos solidos urbanos , tais como vidros , aluminio, plasticos e etc, para
Fundação Instituto de Tecnologia e Inovação de Nova Andradina	01	Esta atividade tem por objetivo permitir a manutenção e funcionamento da FINOVA ,suportando as despesas necessarias para tal.
Apoio a Associação de Catadores de recicláveis Nova Limpa	01	Este Projeto tem por finalidade o planejamento, organização, implantação e operação do Nucleo de Pesquisas Tecnologicas em destinação e tratamento de residuos , que objetiva pesquisar e desenvolver novas tecnologias e inovações
SIM – SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL	10	Apoio a agroindústria e Estabelecimentos a serem formalizados no Serviço de Inspeção Municipal;
MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL	50	Ações de fiscalização, auditorias e coleta de amostras para controle de qualidade do serviço de inspeção municipal local a fim de regularizar os empreendimentos que comercializam produtos de origem animal.
APOIO AOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS ATRAVÉS DA COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NO MERCADO DO PRODUTOR E AGROINDUSTRIA	2	Manutenção e apoio ao centro de comercialização da agricultura familiar de Nova Andradina e incentivo para implantação de agroindústria.

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS.	100	Aquisição de equipamentos diversos, máquinas e implementos agrícolas a fim de atender a demanda da agricultura familiar.
APOIO A DIVERSIFICAÇÃO NA PROPRIEDADE RURAL	2000	Atividades que visem a diversificação, como apoio e estímulo ao desenvolvimento da agropecuária, fruticultura, olericultura e produção de urucum.
CAPACITAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS	1000	Cursos, palestras e dia de campo. Elaboração de apostilas e folders de divulgação.
MANUTENÇÃO DO SETOR AGROPECUÁRIO	3	Manutenção do departamento para realização dos serviços internos.
MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS DESTINADAS AOS SERVIÇOS NAS ÁREAS RURAIS	100	Manutenção do maquinário utilizado na execução de atividades de melhoria da produção agropecuária como estradas, transporte de insumos, construção de terraços, tanques para irrigação, criação de peixes e armazenamento de água, construção de sulcos para montagem de projeto de irrigação.
AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL DE MÁQUINAS DESTINADAS AOS SERVIÇOS NAS ÁREAS RURAIS		Aquisição de combustível utilizado no transporte e execução de atividades de melhoria da produção agropecuária, como estradas, transporte de insumos, construção de terraços, tanques para irrigação, criação de peixes e armazenamento de água, construção de sulcos para montagem de projeto de irrigação.
FOMENTO NO SETOR AGROPECUÁRIO	2000	Assistência técnica no manejo produtivo e reprodutivo na pecuária leiteira, implantação de projeto de irrigação e manejo de pastagem, diagnóstico de gestação e qualidade do leite. Aquisição e distribuição de mudas frutíferas e de urucum, calcário, transporte de insumos e promove ações de apoio ao melhoramento genético do rebanho leiteiro. Apoio ao setor de horticultura.
MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO IVINHEMA - CODEVALE	30	Apoio as ações do Serviço Brasileiro de Inspeção – SISBI.

Práticas de Preservação Ambiental nos Assentamentos Rurais		Este Projeto tem por finalidade o planejamento e implementação de ações de base tecnológica e inovações na promoção de práticas de preservação ambiental nos diversos assentamentos rurais de Nova Andradina.
Complexo Ecológico e Turístico do Ivinhema		Este Projeto tem por finalidade o planejamento, implantação e operação de um complexo ecológico e turístico no lado do Rio Ivinhema que pertence ao território

SECRETARIA DE SAÚDE		
PROJETO	META - 2021	DESCRIÇÃO
Manutenção das atividades - Conselho Municipal de Saúde	01 CMS  16 Conselheiros	Garantir o adequado funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, proporcionando aos conselheiros condições para executarem os trabalhos; Garantir a manutenção da estrutura física e disponibilização de materiais permanentes e de consumo conforme julgar necessário.
Suporte da Gestão Administrativa	01 SMS	Garantir a manutenção da Sede Administrativa da SMS e almoxarifado central, adquirindo material permanente e insumos para consumo, a fim de suprir as necessidades de toda a rede de saúde; Garantir a oferta de recursos humanos adequados para o desenvolver dos trabalhos. Viabilizar recursos para a construção de nova sede, para melhor atender/acolher os usuários.
Manutenção e apoio financeiro para entidades prestadoras de serviços locais, mediante repasse financeiro firmados por convenio/contrato.	03 unidades Fundação Pio XII APAE Hospital Regional	Garantir repasse financeiro as entidades locais, possibilitando a execução de serviços e metas estipuladas em contratos.

Aquisição de veículo e/ou ambulância para transporte de pacientes.	03 unidades	Viabilizar Convenio (emendas parlamentares + recursos municipal) para aquisição de veículos que possibilite o transporte de pacientes.
Manutenção da frota veicular	35 veículos	Garantir a manutenção/revisão continuada dos veículos designados para fins de transporte de pacientes, possibilitando o atendimento ininterrupto do serviço.
Suporte da Gestão de Assistência à Saúde	Todas unidades de saúde	Promover ações de saúde que garanta a prevenção e promoção de saúde; Garantir insumos, material permanente e de consumo, recursos humanos necessários para o funcionamento das unidades de saúde, proporcionando o atendimento ininterrupto aos usuários do SUS.
Ampliação e/ou reforma de Unidade de Saúde	17 unidades	Ampliar e/ ou reformar as unidades de saúde, conforme a necessidade, respeitando os critérios propostos na RDC vigente; Acompanhar junto a Secretaria de Infraestrutura a execução de obras.
Provento de servidores vinculados ao FMS	400 servidores	Prever a realização do pagamento de proventos aos servidores vinculados no FMS, garantindo os direitos vinculados.
Contratação de servidores / profissionais		Garantir a contratação / efetivação de profissionais que atendam às necessidades dos serviços de saúde, conforme julgar necessário.
Manutenção da rede de Atenção Primária a Saúde	09 unidades de saúde de atenção primaria	Garantir a manutenção das unidades de Atenção Primária com a aquisição/manutenção de material permanente e de consumo de forma continuada, evitando interrupção dos serviços, possibilitando desenvolver as ações propostas pelo Ministério da saúde SES.

Implantação de Unidade de Saúde de Atenção Primária (Atenção Básica)	03 unidades de saúde de atenção primária	Viabilizar a implantação de 03 unidades de saúde de Atenção Primária, visando atender a necessidade do município, respeitando os critérios propostos na RDC nº50 e 51.
Manutenção da rede de Atenção Secundária	08 unidades de saúde secundária	Garantir a manutenção das unidades de Atenção Especializada com a aquisição/manutenção de material permanente e de consumo de forma continuada, evitando interrupção dos serviços, possibilitando o desenvolver das ações propostas pelo Ministério da saúde SES.
Reforma de unidades de Saúde Secundária (Atenção Especializada)	08 unidades de saúde secundária	Reformar unidades de saúde Secundária, visando atender a necessidade do Município respeitando os critérios propostos na RDC nº50 e 51.
Aquisição de material permanente para Unidades de Saúde de Atenção Secundária	11 unidades (08 existentes + 03 propostas)	Garantir a aquisição de material permanente para unidades de saúde de atenção secundária.
Manutenção da Atenção Hospitalar (Hospital Regional Dr. Francisco Dantas Maniçoba)	01 unidade hospitalar	Realizar repasse financeiro/mensal garantindo o funcionamento da unidade hospitalar, proporcionando atendimento de qualidade aos munícipes de Nova Andradina e região conforme preconizado no PDR.
Ampliação e/ou reforma do Hospital Regional Dr. Francisco Dantas Maniçoba	01 unidade hospitalar	Garantir recursos que possibilite a ampliação e/ou reforma, e conclusão de obras já em execução, conforme a necessidade, respeitando os critérios propostos na RDC nº 50 e 51.
Aquisição de material permanente e insumos para Atenção Hospitalar	01 unidade hospitalar	Garantir a aquisição de material permanente para Hospital Regional Dr. Francisco Dantas Maniçoba.
Manutenção e estruturação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU	01 unidade de atendimento móvel	Proporcionar a garantia de funcionamento do Serviço de Atendimento Móvel as Urgências – SAMU, através da aquisição de material de consumo, e manutenção de materiais permanentes.
Manutenção e estruturação dos postos de atendimento da Assistência Farmacêutica.	02 farmácias (farmácia básica municipal e unidade NCV)	Proporcionar manutenção e aquisição de equipamentos /material permanente para adequação do espaço físico da Farmácia Básica Municipal e Posto de distribuição de Medicamentos ESF Nova casa Verde.
Aquisição de insumos – Assistência Farmacêutica Básica	157 itens (medicamentos / insumos)	Adquirir insumos/medicamentos que atenda às necessidades da população de forma ininterrupta através da disponibilização dos medicamentos elencados na RENAME e REMUME.

Aquisição de insumos Assistência Farmacêutica (não pactuados RESME e REMUNE)	1.000 itens	Atender as necessidades da população, através da disponibilização de medicamentos não pactuados na RESME e REMUNE, e até mesmos os designados por meio de demandas judiciais.
Operacionalização de processos licitatórios que atenda às necessidades Social vinculadas à saúde	01 posto de atendimento social em saúde	Proporcionar atendimento à população que atenda aos requisitos indicados, através da disponibilização de: leites em formulas complementares, suplementos, alimentação e hospedagem para tratamento fora do domicílio, disponibilização de combustível, óculos e fraldas descartáveis.
Distribuição de exames laboratoriais, e de diagnósticos.	01	Proporcionar atendimento à população priorizando as solicitações médicas, a fim de elucidar diagnósticos. Reaplicar processo licitatório para aquisição de exames não fornecidos por pactuação junto a macrorregião (Dourados e Campo Grande).
Vigilância Sanitária, Epidemiológica, Ambiental e Saúde do Trabalhador	04 vigilâncias	Garantir a manutenção, e aquisição de materiais permanentes e de consumo para utilização nas Vigilâncias Sanitária, Epidemiológica, Ambiental e Saúde do Trabalhador, possibilitando a execução de campanhas educativas, educações permanentes, prestação de serviço à comunidade; visando a promoção e prevenção de agravos e cumprimento de metas.
Ações de prevenção e combate a doenças endêmicas/emergentes		Garantir / Realizar ações de prevenção e combate à doenças endêmicas, com aquisição de recursos necessários para o desenvolvimento dos trabalhos. Proporcionar à população informações à respeito do desenvolvimento da doença em nosso município, enfatizando ações de conscientização.

### PREVINA

PROJETO/ATIVIDADE	META 2021	DESCRIÇÃO
Gestão de Benefícios Previdenciários	217	Conceder benefícios de aposentadorias e pensões por morte, a servidores municipais titulares de cargos efetivos segurados do PREVINA. As aposentadorias e pensões por morte, serão devidos sempre que o segurado adquirir as condições estabelecidas na Legislação pertinente. As

		metas físicas constantes nesta tabela foram calculadas com base no Relatório de Gestão e na Avaliação Atuarial.
Manutenção das atividades administrativas do PREVINA	12	Nesta atividade está previsto o custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento da unidade gestora. Considerando a legislação vigente o valor gasto com esta atividade não ultrapassará 2% do valor das remunerações, proventos e pensões dos segurados, relativo ao exercício financeiro anterior.
Aquisição de Veículo Oficial para o PREVINA	1	Aquisição de Veículo Oficial para o PREVINA

## SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

PROJETO	META 2021	DESCRIÇÃO
Manutenção e enc/ com Alimentação Escolar	6.695 Alunos	Garantir e diversificar o cardápio da alimentação escolar, respeitando as peculiaridades dos estudantes matriculados na Rede Municipal de Ensino
Manutenção e enc. c/ Rede Municipal de Ensino	04 Cursos / Palestras	Viabilizar cursos e palestras nas Unidades Escolares para estudantes e merendeiras cumprindo a legislação vigente
Manutenção e enc/ com Alimentação Escolar	19 Unidades Educacionais	Adquirir equipamentos para a alimentação e nutrição, para o adequado armazenamento da merenda escolar a fim de atender os CEINFs e as Unidades Escolares.
Manutenção e enc/ com Alimentação Escolar	01 Unidade	Garantir a aplicação de teste de aceitabilidade da Alimentação Escolar, aos alunos da REME
Manutenção e enc. c/ Gabinete da Secretaria de Educação	19 Unidades Educacionais	Garantir a aquisição de gás liquefeito para a produção da Alimentação Escolar
Manutenção e enc. c/ Rede Municipal de Ensino	19 Unidades Educacionais	Garantir a contratação de serviços especializados em desinsetização, desratização, limpeza de caixa d'água e controle de pragas

Manutenção e enc. c/ Gabinete da Secretaria de Educação	29 Unidades	Assegurar a contratação de empresa especializada em manut. de freezers, geladeiras e bebedouros das Unidades Escolares, CEINFs da REME e Órgãos Ligados a SEMEC: Museu, FUNAC, FUNAEL, Biblioteca, CIT, SESI-Industria do Conhecimento, Ginásio de Esportes, Centro de Eventos, Centro de Convenções e Estádio Luiz Soares Andrade
Manutenção e enc. c/ Rede Municipal de Ensino	01 Unidade	Garantir e assegurar o cumprimento das metas e estratégias da Lei nº. 1.260 de 16/06/15, que aprova o Plano Municipal de Educação, no que tange: A Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial, Alfabetização na Idade Certa, Educação de Tempo Integral, Qualidade na Educação, Educação de Jovens e Adultos, A Erradicação do Analfabetismo, EJA Integrada a Educação Profissional, Valorização dos Profissionais do Magistério, Gestão Democrática e o Financiamento da Educação.
Manutenção e enc. c/ Núcleo de Tecnologias Educativas	08 Unidades	Manutenção dos Kits de Robótica Educacional e Equipamentos necessários para o seu funcionamento
Manutenção e enc. c/ Núcleo de Tecnologias Educativas	03 Unidades	Implementar por meio do Núcleo Municipal de Tecnologia, o Curso de Robótica Educacional nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, com Ensino Fundamental II.
Manutenção e enc. c/ Núcleo de Tecnologias Educativas	11 Unidades	Adquirir computadores e equipamentos, para atender as Unidades Educativas e o NTM da REME
Manutenção e enc. c/ Núcleo de Tecnologias Educativas	04 Unidades	Adquirir mesas Educativas Positivo, para o projeto “O conhecimento ao alcance das mãos”, para Centros de Educação Infantil – CEINF.
Manutenção e enc. c/ Rede Municipal de Ensino	02 unidades	Garantir capacitação pedagógica, seminários e formação continuada a todos os profissionais da Educação da REME
Manutenção e enc. c/ Rede Municipal de Ensino	03 Projetos	Fomentar e desenvolver diversos projetos educativos, que visam o incentivo à leitura, a escrita, a educação para o trânsito, para o meio ambiente, diversidade cultural e demais temas transversais

Manutenção e enc. c/ Rede Municipal de Ensino	09 Unidades	Garantir sala de apoio educacional, com atendimento especializado e professores qualificados para atender alunos com dificuldades na aprendizagem
Manutenção e enc. c/ Rede Municipal de Ensino	01 Unidade	Buscar parcerias com as Universidades Públicas e Privadas, para traçar metas a fim de erradicar o analfabetismo no Município
Manutenção e enc. c/ Rede Municipal de Ensino	19 Unidades Educativas	Implantar políticas de segurança, nas Unidades Escolares do município
Manutenção e enc. c/ Gabinete da Secretaria de Educação	01 Unidade	Assegurar o funcionamento do Centro de Idiomas e Tecnologia - CIT
Manutenção e enc. c/ Rede Municipal de Ensino	09 Unidades	Garantir aplicação das avaliações do Sistema de Avaliação próprio da Rede Municipal de Ensino
Manutenção e enc. c/ Rede Municipal de Ensino	02 Unidades	Adquirir livros didáticos para as áreas que não são contempladas pelo PNLD/FNDE
Manutenção e enc. c/ Gabinete da Secretaria de Educação	5.155 alunos	Assegurar a distribuição de kits de materiais escolares para os alunos da REME
Manutenção e enc. c/ Gabinete da Secretaria de Educação	6.695 Alunos	Assegurar a distribuição de uniforme escolar, para os alunos da REME
Manutenção e enc. c/ Gabinete da Secretaria de Educação	19 Unidades Educativas	Adquirir materiais para construção, elétricos, limpeza, consumo e expediente, para a manutenção das Unidades Educativas da REME
Manutenção e enc. c/ Gabinete da Secretaria de Educação	28 Unidades Educativas	Adquirir equipamentos para suprir as necessidades das Unidades Educativas e da SEMEC

Manutenção e enc. c/ Gabinete da Secretaria de Educação	10 Unidades	Promover a manutenção de todas as Unidades Educacionais vinculadas a SEMEC: CIT, SESI – Indústria do Conhecimento, Biblioteca Municipal, Museu, Ginásio Municipal de Esportes, Centro de Eventos, Estádio Municipal, FUNAC, FUNAEL e Centro de Convenções.
Aquisição, Manutenção do Transporte Escolar	47 Veículos	Garantir a Manutenção com peças e serviços da frota escolar existente
Manutenção e enc. c/ Rede Municipal de Ensino	19 Unidades Educacionais	Viabilizar e destinar recursos semestral para as Unidades Escolares e CEINFs, para que as mesmas possam gerenciar e minimizar os problemas do cotidiano escolar
Manutenção e enc. c/ Salário Educação	19 Unidades Educacionais	Promover a manutenção das Unidades Escolares e CEINFs com recursos oriundos do Salário Educação
Construção, Manutenção e reforma c/ recursos do FNDE	02 Unidades	Providenciar a construção de uma escola no bairro “Randolfo Jareta” e um Centro de Educação Infantil no bairro “Jardim Primavera”, para garantir a Acessibilidade das crianças em instituições mais próximas a suas residências
Manutenção e Enc. C/ Programa Brasil Carinhoso	09 Unidades	Promover a manutenção dos Centros de Educação Infantil com recursos oriundos do Programa Brasil Carinhoso
Aquisição e manutenção do Transporte Escolar	05 Unidades	Garantir a aquisição de veículos novos e seminovos para o transporte escolar
Aquisição e manutenção do Transporte Escolar	372.000 Litros	Adquirir e garantir combustível para atender os veículos próprios que realizam o transporte escolar
Aquisição e manutenção do Transporte Escolar	12 Linhas	Garantir a contratação de empresa terceirizada a fim de atender exclusivamente as linhas rurais, quando a frota própria não dispôr de veículos suficiente para tal finalidade
Aquisição e manutenção do Transporte Escolar e outros veículos	08 Unidades	Garantir a manutenção dos veículos da frota de pequeno porte da SEMEC.

Construção, Ampliação, Manutenção c/ REME	01 Unidade	Promover a reforma e ampliação da Escola Municipal Luis Cláudio Josué
Construção, Ampliação, Manutenção c/ REME	01 Unidade	Promover a reforma da Escola Municipal Profª Efantina de Quadros
Construção, Ampliação, Manutenção c/ REME	01 Unidade	Promover a ampliação da Escola Municipal Pingo de Gente
Construção, Ampliação, Manutenção c/ REME	01 Unidade	Promover a ampliação da Escola Municipal Mundo da Criança
Apoio e Incentivo ao Esporte e Lazer	01 Unidade	Garantir a implementação do Conselho Municipal de Esporte e Lazer
Manutenção e enc. c/ Gabinete da Secretaria de Educação	04 Unidades	Adquirir obras literárias atualizadas e realizar assinatura de jornais e revistas renomados, para o acervo das Bibliotecas das Unidades Educacionais e Biblioteca Municipal.
Apoio e Incentivo ao Esporte e Lazer	09 Ações	Desenvolver diversas ações de cunho esportivo Municipal e Estadual, no que se refere as modalidades de Futebol, Futsal, Voleibol, Artes Marciais, Ginástica Rítmica, Basquetebol, Atletismo, Ciclismo e Handebol
Apoio e Incentivo ao Esporte e Lazer	09 Unidades	Implantar escolinhas para atender diversas modalidades esportivas tais como: Basquetebol, tênis de Mesa, Xadrez, Badminton, Voleibol, Futsal, Handebol, Futebol e Atletismo
Apoio e Incentivo ao Esporte e Lazer	02 Unidade	Garantir a participação dos atletas de Nova Andradina/MS, nos Jogos Escolares de MS e Jogos da Juventude de MS
Apoio e Incentivo ao Esporte e Lazer	01 Unidade	Garantir a realização do Jogos Escolares de Nova Andradina, Jogos Escolares da Rede Municipal de Ensino e Festival de Dama, Xadrez e Tênis de Mesa

Apoio e Incentivo ao Esporte e Lazer	04 Unidades	Fomentar, incentivar e realizar, eventos esportivos de recreação, lazer e cidadania, para a comunidade nova-andradinense, como Campeonatos Municipais de: Futebol amador, suíço, Futsal, Basquetebol e Motocross
Apoio e Incentivo ao Esporte e Lazer	02 Unidades	Realizar a Super Liga de Voleibol, Circuito de Vôlei de areia, Trinca de Basquetebol, Festivais de: Handebol, Atletismo, Slacklaine e Artes Marciais
Apoio e Incentivo ao Esporte e Lazer	02 Unidades	Realizar eventos Ciclísticos, Pedestre e Ultramaratona
Apoio e Incentivo ao Esporte e Lazer	01 Unidade	Realizar a corrida pedestre do Trabalhador
Apoio e Incentivo ao Esporte e Lazer	01 Unidade	Realizar os Jogos abertos de Nova Andradina, Campeonatos e Festivais, nas modalidades de: Voleibol, Futsal, Handebol, Tênis de mesa, Xadrez e Vôlei de areia
Apoio e Incentivo ao Esporte e Lazer	01 Unidade	Realizar campeonatos Regional de Futebol e Futsal
Apoio e Incentivo ao Esporte e Lazer	01 Unidade	Realizar Campeonato de Futsal, Suíço, Voleibol no Distrito de Nova Casa Verde
Apoio e Incentivo ao Esporte e Lazer	01 Unidade	Garantir e realizar ações de esporte e cidadania, festivais de tabuleiro e raquetes no Distrito de Nova Casa Verde
Apoio e Incentivo ao Esporte e Lazer	01 Unidade	Garantir a realização de cursos de arbitragem nas modalidades coletivas, recreação e lazer bem como educação física escolar
Apoio e Incentivo a Cultura, Artes e Esporte	01 Unidade	Realizar o Festival da Canção de Nova Andradina

Apoio e Incentivo a Cultura, Artes e Esporte	01 Unidade	Garantir a realização de Projetos Culturais, Projeto Caça Talentos, Projeto Cultura e Cidadania, Ciranda Cultural, Oficinas de Artes Visuais, Música, Teatro, Dança e Artesanato
Apoio e Incentivo a Cultura, Artes e Esporte	02 Unidades	Garantir a realização e exposição de mostras culturais
Apoio e Incentivo a Cultura, Artes e Esporte	02 Unidades	Promover ações de incentivo às atividades culturais e manifestações populares
Apoio e Incentivo a Cultura, Artes e Esporte	03 Unidades	Apoiar e fomentar a realização de atividades culturais, realizando convênios e concedendo auxílios a entidades organizadoras para sua realização
Apoio e Incentivo a Cultura, Artes e Esporte	01 Unidade	Coordenar a política cultural voltada a criação artística, na produção e consumo de bens e serviços culturais para todas as camadas da população, promovendo shows artísticos de interesse da comunidade
Apoio e Incentivo a Cultura, Artes e Esporte	01 Unidade	Realizar espetáculo de encerramento das atividades da Fundação de Cultura
Apoio e Incentivo a Cultura, Artes e Esporte	01 Unidade	Promover ornamentação Natalina e shows musicais para atender as diversas datas comemorativas do município
Apoio e Incentivo a Cultura, Artes e Esporte	01 Unidade	Garantir e assegurar o funcionamento do Conselho Municipal de Cultura
Apoio e Incentivo a Cultura, Artes e Esporte	01 Unidade	Incentivar e promover a produção de documentários, concurso de fotografia, dança, desenho, teatro e artes plásticas
Apoio e Incentivo a Cultura, Artes e Esporte	01 Unidade	Viabilizar parcerias com a Fundação Estadual de Cultura de MS, para a realização de projetos Culturais, Capacitações, Concursos e Workshops

<p>Apoio e Incentivo a Cultura, Artes e Esporte</p>	<p>01 Unidade</p>	<p>Criar projetos culturais para concorrer a recursos do FIC</p>
<p>Apoio e Incentivo a Cultura, Artes e Esporte</p>	<p>01 Unidade</p>	<p>Implantar projeto de resgate e valorização da Memória Cultural e do Patrimônio Histórico do Município</p>

**ORGANIZAÇÕES SOCIAIS AUTORIZADAS  
A RECEBEREM RECURSOS PÚBLICOS EM 2021:**

- 1.Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Andradina – MS – APAE;
- 2.Associação Nova Andradinense de Deficientes Físico – ANDEFI;
- 3.Instituto O Bom Menino;
- 4.Lar Alternativo São José;
- 5.Lar Sagrado Coração de Jesus;
- 6.Comunidade Católica Betel – BETEL/Projeto Vida Plena;
- 7.Fundação José Silveira Coutinho – Projeto Anjo da Guarda;
- 8.Sociedade Benemérita Creche SHALON;
- 9.Associação Comunitária de Educação e Ação Social de Nova Andradina-ACEASNA;
- 10.Associação de Reabilitação Parceiros da Vida – Esquadrão da Vida;
- 11.Associação Voluntária Projeto Vida Nova – Projeto Vida Nova;
- 12.Casa do Migrante de Nova Andradina.
- 13.Federação de Mato Grosso do Sul de Ciclismo;
- 14.Fundação Pio XII;
- 15.Sindicato Rural de Nova Andradina;
- 16.Associação Comercial e Empresarial de Nova Andradina – ACINA;
- 17.Conselho Comunitário de Segurança Pública de Nova Andradina – Consepna.
- 18.Clube Esportivo Nova Andradina
- 19.Centro de Formação Esportivo Menino de Ouro;
- 20.ONG Projeto Craque do Futuro;
- 21.Fundação Nova andradinense de Esporte e Lazer;
- 22.Associação Cultural Esportiva Nova Andradina
- 23.Associação Atletas de Agronomia de Nova Andradina
- 24.Associação dos Servidores Públicos Municipais de Nova Andradina;
- 25.Pata da Onça Bike Clube
- 26.Associação de Ciclismo e Atletismo de Nova Andradina;
- 27.Federação de Basketball de Mato Grosso do Sul;
- 28.Fundação Serviços de Saúde de Nova Andradina - FUNSAU;
- 29.Federação de Futebol de Mato Grosso do Sul;
- 30.Federação de Futebol de Salão Mato Grosso do Sul;
- 31.Federação de Voleibol de Mato Grosso do Sul;
- 32.Federação de Atletismo de Mato Grosso do Sul;
- 33.Federação de Judô de Mato Grosso do Sul;



**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA**  
**“Antonio Francisco Ortega Batel”**  
**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

- 34.Federação de Automobilismo de Mato Grosso do Sul;
- 35.Federação de Motociclismo de Mato Grosso do Sul;
- 36.Federação de Xadrez de Mato Grosso do Sul;
- 37.Federação Escolar de Esportes de Mato Grosso do Sul;
- 38.Federação Sul-Mato-Grossense de Badminton;
- 39.Associação Santa Luzia;
- 40.Ass. Agricultores Familiares –Projeto de Assentamento Santa Olga;
- 41.Ass. Atlético Banco do Brasil;
- 42.Ass. da Agricultura Familiar do Assentamento Teijin;
- 43.Ass. dos agricultores Familiares Lagoa Azul – Linha Rio de Janeiro do Projeto de Assentamento Teijin /Fetagri de Nova Andradina;
- 44.Ass. dos Agricultores Familiares do Grupo Esperança do Projeto de Assentamento Teijin- Fetagri-MS;
- 45.Ass. dos Agricultores Familiares Agrovilia;
- 46.Ass. dos Moradores e Produtores Santa Olga e Região;
- 47.Ass. dos Apicultores da região de Nova Andradina;
- 48.Ass. dos Hortifrutigranjeiros de Nova Andradina;
- 49.Ass. dos Agricultores (as) Familiar da Linha Amizade do P.A. Teijin;
- 50.Ass. Comunitária de Assistência Social e Educacional Assembleia de Deus



Projeto de Lei 4-2019 -.pdf